

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**O PAPEL DA HEGEMONIA AMERICANA NO MUNDO: UMA REFLEXÃO DO PÓS
SEGUNDA GUERRA E DOS DIAS ATUAIS**

**CURITIBA
2011**

EDUARDO HENRIQUE MOURA SAMPAIO

**O PAPEL DA HEGEMONIA AMERICANA NO MUNDO: UMA REFLEXÃO DO PÓS
SEGUNDA GUERRA E DOS DIAS ATUAIS**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção de grau de Especialista
em Relações Internacionais, da
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profa Sandra Mara Maciel de
Lima**

**CURITIBA
2011**

À Deus que permite que eu seja eu mesmo e me ame depois disso e a minha esposa que com todo seu amor e apoio tem me desafiado a ser um homem melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe que me ensinou os valores que formaram meu caráter e pela insistência em me ensinar a andar no caminho de uma fé prática e verdadeira, mesmo quando tudo não parecia fazer sentido.

Agradeço a meu pai que me ensinou a galgar passos no mundo dos negócios e me mostrou que realmente podemos ir muito além dos limites que as circunstâncias nos apresentam e ao final de tudo, ter orgulho do que nos tornamos.

Agradeço a minha avó Alice que com seu senso de justiça e olhar desconfiado me ensinou a ter visão crítica de um internacionalista para sempre ouvir os dois lados da História antes de me posicionar a respeito.

Agradeço ao meu avô Valdemar (*in memorium*) que me ensinou que as coisas mais importantes na vida são as mais simples: nunca mais vi o pôr-do-sol da mesma maneira e nunca mais comi um pastel na feira sem engolir em seco.

Agradeço a meu bisavô Fiori (*in memorium*) que tinha algo de protestante: só não sei se na forma de fazer suas orações ou se na forma como escondeu os comunistas quando estes eram perseguidos.

Agradeço a minha orientadora, Sandra Lima, que enquanto escrevia essa monografia me ligou para dizer: “Agora que mataram o Obama, você não pode entregar essa monografia sem falar disso”. Parece óbvio, mas a responsabilidade de escrever sobre algo tão impactante somente com notícias de jornais e algumas recentes análises quando nem mesmo o corpo do terrorista mais procurado do mundo pode ser exibido transformou a tarefa em um desafio maior ainda. Obrigado pela sua incansável dedicação, pela paciência na correção dos rascunhos e pela insistência em me reconduzir de volta ao tema central desse projeto.

Finalmente, agradeço em especial a minha filha Manuela que fez questão de sentar no meu colo algumas vezes enquanto nascia essa monografia e de uma forma rápida conseguiu conquistar a “hegemonia” do meu tempo e mudar minhas prioridades, me fazendo lembrar todos os dias que ela é a forma como Deus demonstra que me ama de forma totalmente desmerecida.

Esse trabalho é para você, Manu, na esperança de que um dia possa existir um sistema econômico que seja menos injusto, corrupto e imoral a fim de realmente trazer prosperidade a todos os povos e nações do mundo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel dos EUA enquanto potência hegemônica mundial e sua contribuição para as relações internacionais do pós-guerra (1945-70), bem como refletir sobre o processo de construção da hegemonia econômica internacional dos Estados Unidos a partir daquele período e as repercussões no contexto mundial tanto do Ocidente quanto do Oriente da continuidade dessa hegemonia.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Capitalismo. Hegemonia. Política Externa.

ABSTRACT

This work aims to analyze the U.S. role as global hegemon and its contribution to international relations in the post-war (1945-70), as well as reflect on the process of building the international economic hegemony of the United States from that period and the repercussions in the global context of both the West and the East of the continuity of this hegemony.

Keywords: International Relations. Capitalism. Hegemony. Foreign Policy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. A HEGEMONIA ENQUANTO FENÔMENO ECONÔMICO E POLÍTICO E SUA NECESSIDADE NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	10
3. A NECESSIDADE HISTÓRICA DA HEGEMONIA MUNDIAL DOS EUA E SEUS PRINCIPAIS PILARES	22
3.1 O REORDENAMENTO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E A CENTRALIDADE DO DÓLAR.....	26
3.2 OS ACORDOS DE YALTA E POTSDAM.....	33
3.3 A GUERRA FRIA E A CORRIDA ARMAMENTISTA.....	38
3.4 O PLANO MARSHALL.....	42
3.5 O ACORDO GERAL DE TARIFAS E PREÇOS (GATT)	45
3.6 O PAPEL DA HEGEMONIA NOS 25 ANOS GLORIOSOS.....	48
4. A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE APÓS A GUERRA FRIA, 11 DE SETEMBRO E NOS DIAS ATUAIS	56
4.1 A QUEDA DO MURO DE BERLIM E O INÍCIO DA NOVA ERA	57
4.2 O TERRORISMO GLOBAL E O 11/09.....	60
4.3 O PODERIO MILITAR AMERICANO	63
4.3.1 ORÇAMENTO E ECONOMIA.....	63
4.3.2 PRESENÇA NO MUNDO	66
4.3.3 PODER TERRESTRE	66
4.3.4 PODER MARÍTIMO	70
4.3.5 PODER AÉREO	72
4.3.6 PODER NUCLEAR.....	76
4.4 A ELEIÇÃO DE OBAMA E A CRISE FINANCEIRA DE 2008	81
4.5 A MORTE DE OSAMA E AS DITADURAS ÁRABES.....	83
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

“*Sem perspectiva histórica é impossível compreender o presente*”. Essa frase do embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (2001) extraída do livro “Quinhentos anos de periferia” resume a idéia desse projeto de abordar a hegemonia estadunidense a partir do período dos primeiros anos do capitalismo à luz de tantos acontecimentos atuais e importantes posteriores ao mesmo. Atualmente, não são poucas as discussões em torno da sobrevivência dos EUA como líder hegemônico - e se tornaram ainda mais freqüentes após os atentados de 11 de setembro de 2001 – repercutindo em notícias e análises dos “profetas” que insistem em decretar o fim da hegemonia mundial estadunidense a qualquer momento.

Nesse sentido, o objetivo da presente monografia, é refletir sobre o processo de construção da hegemonia americana no Pós Segunda Guerra a as repercussões no contexto mundial.

O título desse trabalho é uma provocação, pois ousa chamar a hegemonia estadunidense de “hegemonia americana” para refletir exatamente a própria dimensão do pensamento hegemônico dos Estados Unidos de tomar para si a América toda como se esta fizesse parte do seu quintal e servisse somente para dar mais corpo ao seu já gigantesco território. Importante notar que o termo hegemonia americana será devidamente aplicado como hegemonia estadunidense a partir das próximas linhas.

Assim, a idéia é compreender esse estudo dentro de uma crítica que vincule cada ação de política externa aos atores e agendas que estiveram envolvidos no período analisado. Para iniciar essa tarefa a primeira etapa passa justamente pela discussão do conceito de hegemonia e sua aplicabilidade em uma crítica que relaciona conceitos, ações, motivações e objetivos de curto e longo prazo.

Na seqüência, analisa-se em que situação os EUA assumiram esse papel de líder mundial e em que condições isso aconteceu – como se deu essa conquista, ações planejadas e executadas, projetos considerados e abandonados, riscos calculados, principais agentes envolvidos, potências concorrentes e momentos de tensão – e como se encontrava o mundo ao seu redor. Pretende-se mergulhar nos primeiros passos da lógica que assegurou aos Estados Unidos uma política externa extremamente dominadora e para tanto o pano de fundo levará em conta o próprio conceito de hegemonia e como é compreendido dentro do pensamento americano e internacional. Analisa-se os principais acontecimentos do pós-Segunda Guerra, principais tratados que definiram a nova geopolítica do mundo, os bastidores da Guerra-Fria e sua contribuição

para a consolidação da hegemonia estadunidense e a criação de organizações internacionais que contribuíram grandemente para que os Estados Unidos legalizasse sua hegemonia, ao mesmo tempo em que contribuía para o desenvolvimento do mundo livre.

Avalia-se de forma quantitativa, em que dimensões o período inicial da hegemonia estadunidense contribuiu realmente para o desenvolvimento econômico, político, tecnológico e social dos países que optaram a seguir seu modelo econômico e entender se o modelo fordista financiado a outras nações pelos Estados Unidos criou realmente mais riqueza e desenvolvimento desde o pós-segunda guerra até os dias atuais e entender se esse crescimento foi saudável e realmente presente em todos os países que aderiram ao modelo capitalista.

Por fim, espera-se fazer uma abordagem que leve em consideração a importância do papel desenvolvido pelos Estados Unidos através dessa liderança hegemônica até os dias de hoje e como se deu a relação histórica do mesmo diante das demais potências e demais países. Dessa forma, procura-se analisar de forma crítica se o papel americano no mundo de fato colaborou para o desenvolvimento e crescimento da democracia e para o bom andamento das Relações Internacionais. A partir daí, esse trabalho pode ousar contribuir como fundamentação teórica para qualquer análise atual que aponte os rumos do capitalismo ou mesmo da potência hegemônica que ainda hoje são os Estados Unidos.

Para dar sustentação a essa pesquisa fez-se necessário a leitura de autores brasileiros e estrangeiros e, sobretudo norte-americanos para dar sustentação teórica ao tema que aborda a atuação da política norte-americana no mundo. Dessa forma, a bibliografia abordou um debate aberto onde se fez necessário à citação de historiadores, sociólogos, sendo alguns marxistas, outros liberais, realistas, neo-realistas e conservadores, para que tornasse possível aprofundar o debate dos conceitos da hegemonia estadunidense e do papel desempenhado dos Estados Unidos no mundo.

O trabalho está centrado em material bibliográfico a fim de permitir análises dos diversos pontos de vista dos autores e buscar a origem dos fatos para propor uma reflexão isenta de qualquer partidarismo ou antiamericanismo. Aborda-se correlações entre as teorias e a prática das relações dos EUA com o mundo, proporcionando material que possa servir de base para uma construção sistêmica e diferenciada da aplicação do conceito de hegemonia e a sua aplicabilidade.

Existe a pretensão de que esse trabalho se apresente crítico, isento e coerente com o estudo das Relações Internacionais. Mas não se tem ilusão em esperar falta de

contradição no tema proposto, pois entende-se que faz parte do risco de quem se propõe a analisar as ações políticas atuais, esperar conflito. O que encontra coro em Gramsci (1984), que vem: *“afirmar que as ações políticas são contradições da vida social insanáveis”*.

Dessa forma, espera-se concluir com o máximo de isenção e coerência, o desafio que nos propomos, pois o posicionamento dos EUA diante da multiplicidade dos atores participantes e o papel que passou a desempenhar em todas as etapas das políticas internacionais torna essa análise indispensável em toda a dinâmica da geopolítica. Seria errôneo e tendencioso reduzir esse estudo a uma visão marxista das interações da política estadunidense com os demais Estados. Sem dúvida, o governo americano foi e continua sendo hoje um dos atores mais importantes no cenário das Relações Internacionais.

2 A HEGEMONIA ENQUANTO FENOMENO ECONÔMICO E POLÍTICO E SUA NECESSIDADE NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Quando se olha para trás e se pensa sobre a história norte-americana, o fato mais impressionante talvez seja que os Estados Unidos, desde a sua fundação, são um ator poderoso no sistema internacional”

- Walter Russell Mead

Para se entender a necessidade de uma hegemonia diante dos desafios pós Segunda Guerra, se faz importante conceituar e contextualizar a própria idéia da hegemonia. A hegemonia no seu sentido etimológico vem do grego, *eghestai* (ou *hégemonía*), que se traduz por “ser líder”, “ser guia”; “ação de guiar” (HOUAISS, 2001), onde significa *caminhar à frente*. De *hegemon*, o chefe ou comandante e que na época da Roma antiga passou a significar poder absoluto. Desde aquela época, o conceito tem sido debatido e gradativamente tomaram lugar as crescentes discussões sobre a aplicação e consequência da hegemonia.

O conceito de hegemonia em uso nas relações internacionais para definição de um ou mais Estados dominantes sobre os demais Estados teve sua base de compreensão na literatura de cientistas políticos a partir de Gramsci, mas para ser fiel a aplicação desse conceito no elemento de análise deve-se salientar que a originalidade do conceito de hegemonia que nos remete a Gramsci não nasceu necessariamente nele. A forma como Gramsci aborda a hegemonia pode ser entendida como original mas o próprio Gramsci admite que foi baseado em Lênin que passou a trabalhar e desenvolver o conceito. Essa base inspiradora em Lênin pode ser observada em Luciano GRUPPI (1978, p. 05):

O que entende Gramsci quando fala de hegemonia, referindo-se a Lênin? Gramsci entende a ditadura do proletariado. (...) Gramsci fala de princípio teórico-prático, de teorização e realização da hegemonia, ou seja, da Revolução de Outubro e da ditadura do proletariado. (...) A ditadura do proletariado é a forma política na qual se expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia. Com efeito, escreve ele (Gramsci) ainda: “o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora”. A hegemonia é a capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia.

Podemos considerar que a maioria das análises da hegemonia a partir de Lênin é um entendimento de uma hegemonia-ditadura do proletariado. Mas que para Gramsci, é o inverso, hegemonia é a conquista do consenso, ainda que, no plano da sociedade política, possa expressar-se na ditadura do proletariado. Gramsci entende a hegemonia

como direção cultural e ideológica, é o que chama de ético-política. E é nessa compreensão de forma ampliada e desenvolvida de hegemonia que podemos dizer que existe a originalidade na construção teórica de Gramsci, conforme Carlos Azambuja (2005, p. 2):

Lênin sustentava que a revolução deveria começar pela tomada do Estado para, a partir daí, transformar a sociedade. Gramsci inverteu esses termos: a revolução deveria começar pela transformação da sociedade, privando a classe dominante da direção da "sociedade civil" e, só então, atacar o poder do Estado. Sem essa prévia "revolução do espírito", toda e qualquer vitória comunista seria efêmera. Para tanto, Gramsci definiu a sociedade como "um complexo sistema de relações ideais e culturais" onde a batalha deveria ser travada no plano das idéias religiosas, filosóficas, científicas, artísticas, etc. Por essa razão, a caminhada ao socialismo proposta por Gramsci não passava pelos proletários de Marx e Lênin e nem pelos camponeses de Mao-Tsetung, e sim pelos intelectuais, pela classe média, pelos estudantes, pela cultura, pela educação e pelo efeito multiplicador dos meios de comunicação social, buscando, através de métodos persuasivos, sugestivos ou compulsivos, mudar a mentalidade, desvinculando-a do sistema de valores tradicionais, para implantar os valores ateus e materialistas.

Assim o conceito de hegemonia em Gramsci pode ser percebido como um ideal para ser implantado em um momento de ruptura, de quebra, pela presença de algo novo, dinâmico e conciliador nos sentidos econômico, político, histórico e social, da forma explorada por Gruppi (1978, p. 59):

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo.

No direcionamento da instituição de um grande líder hegemônico, Gramsci percebe que a relação entre hegemonia e poder se dá ao mesmo tempo e a dinâmica só fará sentido se ambos forem conquistados e mantidos após a conquista da hegemonia. Segundo ANGELI, Gramsci inaugura uma discussão aprofundada, pois:

Gramsci discute a relação entre hegemonia e poder. Para ele é uma utopia querer ganhar a hegemonia global durante o governo burguês, pelo domínio que tem o bloco histórico, sobre a fortaleza da sociedade civil e sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Por isso a discussão, entre hegemonia e poder, se dá ao mesmo tempo. Na realidade, Gramsci avverte que, se não se tem o poder, não é possível completar a hegemonia. A hegemonia é um processo anterior, durante e posterior á tomada do poder. A luta pela hegemonia forma parte da desagregação do bloco dominante e do combate que a classe subalterna move contra ele. (ANGELI, 1998, p. 29)

Dessa forma, Gramsci explorou o conceito da hegemonia quando analisou a prática política dominante das classes dominantes diante das demais classes. Ainda na

visão de Gramsci, quanto mais difundida fosse a hegemonia, mais sólida ela seria e menos necessária seria o uso da força para a manutenção do status quo.

O conceito e o sentido da noção de hegemonia em Gramsci são bem evidenciados por Angeli, onde se percebe também a presença da supra-estrutura - no papel do intelectual - onde se explora o principal e possível ator de mudança do cenário apresentado e isso faz parte da base para que possamos ter entendimento da dinâmica difundida na formação do Estado hegemônico e suas estruturas de dominação:

Para Gramsci, essa concepção é evidentemente variável no tempo e no espaço e nesse sentido a noção de hegemonia é, para ele, uma situação histórica-global na qual se distingue, de um lado, uma estrutura social, as classes que dependem diretamente do quadro das forças produtivas e, de outro lado, uma supra-estrutura ideológica e política. Estrutura e supra-estrutura são organicamente soldadas uma a outra e, essa ligação orgânica é assegurada pelo papel dos “funcionários da supra-estrutura”, que são os intelectuais. O bloco histórico pode evoluir de maneira progressiva ou regressiva, conforme a força de atração da sociedade se generalize ou então se apague em proveito da sociedade política, já que a burguesia se mantém sobretudo pela coerção. Nesse sentido, Gramsci ressalta o papel dos intelectuais, que asseguram a hegemonia da classe dirigente, bem como, são capazes de construir uma nova hegemonia que representam as classes subalternas. (ANGELI, 1998, p. 28)

O leitor pode relutar que o conceito de hegemonia em Gramsci deve ser contextualizado a uma visão específica de ‘luta de classes’ clássica devido ao ambiente onde o mesmo estava inserido e pela direta correlação dos escritos contra a “ditadura do proletariado”, mas podemos ver que a visão de Gramsci é bem mais ampla, atual e deve ser ampliada para entender a dinâmica das relações internacionais. No entendimento de Arrighi, podemos explorar o entendimento de hegemonia das relações sociais intra-estatais para uso nas relações interestatais exatamente a partir de Gramsci:

Uma vez que a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de ‘liderança’ e em seu sentido derivado de ‘dominação’, normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia entre os Estados. (ARRIGHI, 1996, p. 29)

Derivando exatamente do conceito de hegemonia de Gramsci, os cientistas políticos e sociais passaram a entender a concepção da hegemonia e a aplicá-la no século XX para explicar as relações internacionais e a dinâmica do relacionamento entre o Estado hegemônico com os demais Estados, o que se explica claramente através de Joseph Nye citado por Mead (2006, p. 50) abaixo - quando este se utilizou dos conceitos de Gramsci para explicar a hegemonia:

Ao invocar o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci para explicar o poder não-coercitivo dos Estados Unidos, Joseph Nye introduziu um dos mais importantes avanços intelectuais do Século XX na discussão sobre a política externa norte-americana. Esforçando-se para entender o porquê do capitalismo se recusar tão obstinadamente a cumprir as previsões marxistas de sua morte iminente, comunistas ocidentais, como Gramsci, ficaram impressionados com o poder de conceitos “burgueses” como a democracia parlamentar para ganhar o apoio efetivo dos trabalhadores que, segundo a análise comunista, deveriam ser capazes de enxergar a frágil hipocrisia dos políticos burgueses.

Fazendo coro com Joseph Nye, mas indo além na identificação e valoração do papel de um Estado dominante diante daqueles que são por ele dominados ou influenciados, Guimarães já menciona outros conceitos que pretendemos abordar para ampliar a discussão sobre a presença de Estados hegemônicos e Estados periféricos e onde podemos observar que essas definições derivam exatamente a partir da dialética percebida em Gramsci, onde poderemos perceber claramente a correlação entre Estados hegemônicos e o bloco das classes dominantes; e entre Estados periféricos e o bloco das classes dominadas ou subalternas, conforme citação a seguir:

Dessa forma pode-se entender por Estado hegemônico aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem Potência ou coalizão de Potências que possa impedi-lo de agir (GUIMARÃES, 2001, p. 25)

Para obter o entendimento da hegemonia no pós-Segunda Guerra, importa entender que a existência de Estados hegemônicos e Estados periféricos deve-se à posição econômica relativa e à lógica internacional que os envolvem e que não são obras de um leque de alternativas para os Estados periféricos, mas sim das velhas e sempre existentes estruturas hegemônicas de poder político e econômico. É fácil perceber que os Estados periféricos se apóiam nessas estruturas, devido resultado de um processo histórico, e dessa forma acabam por beneficiar e legitimar os países que integram essas estruturas hegemônicas, mas que ao final se resume em dar continuidade ou visibilidade ao próprio Estado periférico, ainda citando Guimarães (2001, p. 25):

Assim, as sociedades, os Estados e os governos nunca iniciam sua atuação internacional a partir da “estaca zero”, com os mesmos direitos, deveres e iguais oportunidades. Apesar da opinião de alguns analistas, esses não são cenário e dinâmica em que os Estados, ao sabor dos ventos e com plena independência, organizam alianças e participam de estruturas, escolhendo a cada momento seus aliados para atingir seus objetivos.

A discussão da hegemonia entre Estados hegemônicos ou periféricos, passa por uma construção de idéias e conceitos que torna a discussão mais complexa e pelo fato de que levando em conta um modelo estritamente teórico e racional, o quadro de uma estabilidade hegemônica segundo Passos (2002), não pode ser compreendido tendo em análise somente à luz de uma visão 'realista', que prepondera sobre os conceitos de interesse e poder somente. Da mesma forma, o quadro de uma estabilidade econômica não pode ser percebido somente na ótica das 'leis do capitalismo', usando as teses de Lênin e Marx, que inevitavelmente convergiriam para uma relação imperialista, como poderemos ver em Keohane:

A consideração de iniciativas relacionadas à hegemonia deveria também nos alertar para as iniciativas freqüentemente negligenciadas em relação a outros países no sistema. Que cálculo eles confrontam ao considerar se desafiam ou fazem deferência a um líder provável? Pensar sobre os cálculos dos poderes secundários evidencia a questão da deferência. As teorias da hegemonia deveriam buscar não somente analisar as decisões dos poderes dominantes para o engajamento na construção e imposição de regras, mas também explorar porque os Estados secundários aceitam a liderança do hegemônico. Isto é, eles precisam considerar para a legitimidade dos regimes econômicos e para a coexistência da cooperação (...), a hegemonia. (KEOHANE, 1984 citado por PASSOS, 2002, p. 95)

Quando se leva em consideração todo o contexto da economia política mundial, a questão mais importante a ser considerada é sem dúvida a estabilidade hegemônica, e para o entendimento completo dessa estabilidade deve-se aprofundar a discussão da necessidade de controle dos recursos naturais pelo Estado hegemônico para determinar a sua existência e continuidade. Dessa forma, a análise dos poderes hegemônicos passaria pela conquista e total domínio de quatro conjuntos de materiais: a) matérias-primas; b) fontes de capital; c) mercados, e d) vantagens competitivas na produção de bens de alto valor.

A hegemonia dessa forma e baseando-se na leitura de Gramsci que Keohane fez a partir de Robert Cox, Keohane acabou por cunhar um novo termo para a hegemonia: hegemonia ideológica, conforme veremos abaixo:

Antonio Gramsci usou o conceito de hegemonia para expressar uma unidade entre forças materiais objetivas e idéias ético-políticas – em termos marxianos, uma unidade de estrutura e superestrutura – em que o poder baseado na dominação sobre a produção é racionalizado através de uma ideologia incorporando compromisso ou consenso entre grupos dominantes e subordinados. Uma estrutura hegemônica da ordem mundial, é aquela em que o poder toma uma forma primariamente consensual, diferenciada de uma forma não hegemônica na qual há manifestamente poderes rivais e nenhum poder foi apto a estabelecer a legitimação de sua dominação. (KEOHANE, 1984, citado por PASSOS. 2002 p. 44-45)

Keohane nos leva a entender que, caso o reconhecimento de outros países do Estado Hegemônico pelos demais países do sistema internacional fosse conquistado pela força ou pelo uso da máquina da guerra ou uso de dominação forçada, logicamente a hegemonia acabaria por se tornar muito cara e dispendiosa, tanto pelo custo do uso da força, como do custo em consequência do uso da força para alcançar o objetivo.

Assim, se torna necessário passar pela crítica do modelo que justifica o entendimento da hegemonia conquistada através da força, que nos leva a lembrar da velha forma de alcançar a hegemonia: uso da força. Com o uso da força, o que importa é conquistar, destruir, colonizar ou subjugar o outro Estado onde impera a máxima dos fins justificam os meios. Em contrapartida, o uso do consentimento, onde o Estado hegemônico faz uso de uma força mais branda para liderar, conseguir o que deseja mas onde também se impõe de forma a manter algum tipo de dominação ou imposição aos Estados aliados e amigos, porém faz isso sem que tenha um alto custo financeiramente ou que tenha um custo dispendioso quanto a questão da imagem de imperialista a ser paga com sua influência.

Segundo Mead, o autor Joseph Nye amplia a discussão da hegemonia com a inclusão de novos conceitos para explicar as formas ou caminhos para a conquista da hegemonia: classificando em poder coercitivo e poder não-coercitivo, conforme abaixo:

Em sua análise, o poder coercitivo (militar e econômico) funciona porque pode forçar as pessoas a agirem da forma como você deseja. O poder não-coercitivo-cultural, pelo exemplo é aquele das idéias e dos ideais – é mais sutil: impulsiona os outros a desejarem o que você quer. (...) o poder não-coercitivo preserva o sistema, porque influencia os outros países (MEAD, 2004, p. 34).

Para detalhar melhor como funcionam as formas de conquista da hegemonia, Nye (citado por MEAD, 2004, p. 34) dissecou os conceitos através de uma abordagem mais detalhada dos poderes coercitivos e poder não-coercitivo

O poder coercitivo [...] inclui dois tipos bem distintos: o militar e o econômico. O poder militar talvez possa ser chamado de vigoroso: se tentar resistir, sentirá as pontas afiadas das baionetas te empurrando na direção de onde você deve ir. O poder econômico é o pegajoso; seduz tanto quanto coage. O conceito [...] de poder não-coercitivo também deve ser dividido de forma proveitosa em dois elementos: o poder encantador da política norte-americana, dos seus valores e da sua cultura para diferentes públicos estrangeiros, e aquele no qual, seguindo o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, Nye se refere como “o poder de definir a agenda e determinar a agenda do debate”. No que diz respeito ao próprio Gramsci, este poder é chamado de hegemônico. O poder hegemônico precisa ser diferenciado do poder encantador por ser mais coercitivo que o poder simples de nossas idéias e porque, pelo menos no caso do sistema norte-americano, o poder hegemônico se origina, principalmente, da

interação entre o poder vigoroso, o pegajoso e o encantador dos Estados Unidos.

A partir dessa idéia, cabe ressaltar que a liderança dos países hegemônicos se dá no momento em que os países periféricos o reconhecem como tal e se submetem a sua liderança. A partir do uso do poder encantador pelos países hegemônicos para convencer as lideranças dos países periféricos, não é mais possível usar como desculpa para a exploração, o fato de terem sido enganadas ou argumentar que foram vítimas de ‘falsa consciência’ pois agora estão aceitando uma hegemonia ideológica, e partindo dessa consciência, a decisão dos líderes de países periféricos não poderia ser identificada como decorrente de um grupo dominante que “inocentemente” acabou por trair o interesse da nação em prol de interesses egoístas.

O uso da hegemonia ideológica no ponto de vista de Keohane encontra também a visão de Arrighi que possui o mesmo entendimento quanto a conquista da hegemonia, tendo como principal preocupação o conceito ideológico embutido na e a partir da mesma e pelo fato de que o Estado só poderia estabelecer seu poder hegemônico se legitimasse o poder externamente e também conquistasse a aprovação interna dos seus cidadãos, sendo assim a hegemonia passaria pela discussão de ser conquistada:

com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles. (ARRIGHI, 1996, p. 29-30)

Claro que isso significaria o reconhecimento da hegemonia de um Estado separado de qualquer alusão ou relação que possa ser feita ao imperialismo, e assim esse Estado dominaria as sociedades por meio de uma superestrutura política e essa forma de dominação é a que Gramsci se referia em seu conceito de hegemonia.

De forma resumida, entende-se que Arrighi justifica sua compreensão de hegemonia como dominação ou liderança, fundadas, em larga medida, no consentimento, ou seja, busca-se a conciliação, a resolução diplomática das diferenças.

Pode-se entender que o momento do pós-Segunda Guerra, através das crises que a sucedeu, abriu espaço para o surgimento de um ‘pensamento revolucionário’ e diante desse cenário, segundo Angeli, Gramsci propôs que o líder hegemônico conquiste todos os níveis possíveis para legitimar sua posição através da coesão que só é possível através da consciência crítica, passando primeiramente pela conquista do plano ideológico:

Para Gramsci, é preciso influir no plano político, cultural, ideológico, apresentando soluções imediatas, como também problematizando as soluções apresentadas. Para levar avante as soluções é preciso ser hegemônico, isto é, formar uma consciência crítica. Esta se dá no plano ideológico antes que no plano econômico, pois, no plano ideológico é que os homens tomam consciência de seus problemas. Para Gramsci, “ser hegemônico é sobretudo, disputar o consenso social e não lutar somente pelo controle da coesão do Estado.” (ANGELI, 1998, p. 29-30)

A análise pode decorrer da seguinte forma, os Estados hegemônicos -- a fração no poder -- constroem uma liderança através da ideologia que acaba por resultar na garantia e simultaneamente a justificativa de seu domínio. Dessa forma os Estados hegemônicos estabelecem um sistema de valores e de crenças que consideram senso comum, ao mesmo tempo em que esses valores e crenças, por sua vez, são constituintes da sociedade e como já não é mais possível legitimar a dominação de países através de discursos (ideologias) de superioridade racial ou civilizacional, faz-se necessário – para a sustentação da dominação – a construção de uma nova superestrutura ideológica de legitimação que surge com o desenvolvimento de organizações internacionais.

Dentro dessa análise as organizações internacionais passam a ter papel fundamental na construção e definição de uma liderança hegemônica e é através da atuação dessas organizações internacionais que se utiliza o conceito de estruturas hegemônicas por Guimarães (2001, p. 25) que as entende da seguinte forma:

O cenário e dinâmica internacional em que atuam os Grandes Estados periféricos não são novos e imparciais, mas se organizam em torno de estruturas hegemônicas de poder político e econômico. Essas estruturas, resultado de um processo histórico, beneficiam os países que as integram e têm como principal objetivo sua própria perpetuação.

Portanto, podemos dizer que uma análise correta da hegemonia enfatiza a necessidade de consentimento e cooperação conscientes como passo inicial para os Estados no nível da economia política internacional, e se torna mandatário que nessa relação todos possam ganhar, e na qual não exista uma relação de exploração de um país por outro, uma relação imperialista ou de dominação pura e simples, pelo menos não de forma clara e percebida.

Essa justificativa de certo modo tira o foco da dominação e tende a incorporar uma ideologia onde as organizações internacionais exercem um papel ideologicamente imparcial, mas quando na verdade tendem a justificar ainda mais o fortalecimento de um ou mais líderes hegemônicos, pois é importante lembrar que essas organizações foram

criadas a partir destes e obviamente buscarão em primeiro lugar os interesses da dominação hegemônica:

Na área internacional, as estruturas hegemônicas se organizaram, após o Congresso de Viena (1815), mais ou menos informalmente (por meio das reuniões do Concerto das Nações; da Santa Aliança; dos sistemas de alianças conhecido como "equilíbrio de poder" na Europa) enquanto agiam pela força, direta, ostensiva, e às vezes de forma coordenada, em zonas da periferia para incorporá-las como colônias ou para subjugar revoltas contra seus interesses como a história da expansão européia na África e na Ásia, e, em especial, na China, bem exemplifica. (GUIMARÃES, 2001, p. 31)

Nesse ponto, podemos identificar o real motivo da criação das organizações internacionais por meio das quais os estados hegemônicos buscavam preservar o poder no âmbito internacional. Dessa forma, sob a liderança dos Estados Unidos, e após o choque da Primeira Guerra Mundial, as estruturas hegemônicas de poder criaram a Liga das Nações, que apesar de não ter alcançado o sucesso esperado, serviu de base para após a Segunda Guerra Mundial, poderem criar a Organização das Nações Unidas, como centro de um sistema de agências internacionais nos mais diversos campos de atividade.

A partir dessa base de entendimento da hegemonia, poderemos avançar e entender melhor a disposição de papéis dos atores internacionais a partir da discussão de Gramsci, onde a visão de Estados hegemônicos (bloco das classes dominantes ou supraestrutura) e Estados periféricos (bloco das classes dominadas e subalternas ou estrutura), inclui também as estruturas hegemônicas (os intelectuais ou funcionários da supra-estrutura como também abordado por Gramsci), e dessa forma perceber como essa última serviu ao interesse dos Estados hegemônicos de acordo com Guimarães (2001, p. 32):

Todavia, com o desenvolvimento das lutas sindicais, humanitárias e anticolonialistas, as ideologias "desiguais" foram progressivamente substituídas por ideologias "igualitárias" dentro das sociedades e entre os Estados (igualdade soberana dos Estados e autodeterminação dos povos), em especial a partir da Revolução Bolchevique e dos 14 Pontos de Wilson que foram a ela uma tentativa de resposta. Diante dessa nova realidade, que impedia, ou, pelo menos, dificultava o uso direto da superioridade e da força militar e econômica, as estruturas hegemônicas de Poder procuraram criar organizações internacionais por meio das quais pudessem preservar o seu poder no âmbito internacional e legitimá-lo aos olhos de sua opinião pública nacional, inspirada agora por uma visão do mundo igualitária. Assim, as estruturas hegemônicas de Poder, sob a liderança dos Estados Unidos, (após a grave crise interna de contestação de liderança de 1914 a 1919) criaram a Sociedade das Nações, que não teve o sucesso esperado e, após a crise de 1939 a 1945, a Organização das Nações Unidas, como centro de um sistema de agências internacionais nos mais diversos campos de atividade desde os refugiados, à saúde, às telecomunicações, à agricultura, à energia nuclear etc.

Assim sendo, organizações hegemônicas no papel da supra-estrutura de Gramsci acabam assumindo o papel do intelectual e dessa forma legitimam a existência e presença do Estado hegemônico. Dessa forma, fica clara a evidência de que essas organizações foram sendo criadas para manter a hegemonia das potências hegemônicas de forma a não parecer imperialista ou impositiva.

Dessa forma, segundo Guimarães, podemos entender que a estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas estava lançada com o desenvolvimento das sociedades atuais no âmbito internacional, onde podemos notar um avanço com o movimento de migração das ideologias desiguais para as ideologias igualitárias e essas tendências igualitárias levaram às novas concepções de igualdade soberana dos Estados e de autodeterminação dos povos. Diante desse novo paradigma, seria evidente que se tornou injustificável o uso direto da superioridade e da forma militar e econômica, forçando quaisquer estruturas de poder a criar outra forma de se sobrepôr sobre as demais, e definir as novas regras do jogo, como percebido por Guimarães (2001, p. 32) abaixo:

A primeira estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas de Poder se verifica através da expansão das organizações internacionais sob seu controle, tais como o Conselho de Segurança, centro de poder efetivo das Nações Unidas; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); o Grupo dos Sete (G-7); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a União Européia; o North America Free Trade Agreement (NAFTA); a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o Fundo Monetário Internacional (FMI) etc

É dentro destas organizações que se desenvolve, com óbvia liderança dos países que integram aquelas estruturas hegemônicas, um esforço de elaboração de normas de comportamento internacional com definições de “certo” e “errado”, “legal” e “ilegal”. Os países da periferia têm participação essencial, mas não no sentido de elaboração das normas e fundamentos, mas sim para dar legitimidade e aplicabilidade universal posterior aquilo que é definido a fim de atender aos interesses das estruturas hegemônicas.

No seio de tais organizações, se desenvolve, sob a liderança dos países que integram aquelas estruturas hegemônicas, um esforço de elaboração de normas, com suas respectivas sanções, de comportamento internacional (e, hoje, crescentemente nacional) "permitido", legítimo. A participação da maioria dos países da periferia não só é considerada essencial, como chega a ser "exigida" não para que tomem parte efetivamente da elaboração daquelas normas mas, sim, para dar legitimidade e validade universal a tais normas e à aplicação de suas eventuais sanções. De um lado, essas normas de conduta refletem a força relativa dos diversos integrantes daquelas estruturas hegemônicas e regulam suas relações dentro das estruturas. De outro lado,

tais normas enquadram os Estados da periferia, buscando sempre o objetivo maior de preservação das estruturas, de seu poder e dos benefícios delas decorrentes para as sociedades dos Estados centrais que as integram. (GUIMARÃES, 2001, p. 32-33)

No conceito de Estado hegemônico não é mandatório que exista uma sempre e explícita superioridade absoluta de um Estado sobre os demais para considerá-lo hegemônico. De certa forma e isso faz parte da dinâmica da hegemonia, um Estado hegemônico pode abrir mão de alguns fatores com potencial prejuízo ou abdicando de algumas vantagens que essa hegemonia lhe proporcionaria no curto prazo, para alcançar um objetivo maior e assim garantir o conjunto de seus interesses a longo prazo, conforme texto abaixo:

É possível "atenuar" alguns dos aspectos daquela definição de Estado hegemônico para relativizá-la: não é necessária a superioridade absoluta de um Estado sobre os demais para caracterizá-lo como hegemônico. É possível aceitar algumas limitações de sua capacidade de ação, em caso não-essenciais. Um dos aspectos da condição de hegemonia é que o Estado é hegemônico na própria medida em que tem condições de abdicar de algumas vantagens que sua hegemonia lhe confere a curto prazo, em benefício do objetivo maior de garantir o conjunto de seus interesses a longo prazo. (GUIMARÃES, 2001, p. 26)

A estratégia de preservação de poder é importante para conseguirmos analisar os instrumentos das estruturas hegemônicas de poder para a geração das ideologias para consumo da população de todos os países, quer pertençam a seu centro, ou se situem na periferia.

É exatamente o conjunto elaborado de conceitos, de visões do mundo e de situações específicas - que chamamos de "ideologias" - e que são assimiladas pelas estruturas hegemônicas em diversos níveis e de diversas formas que são essenciais para a preservação do poder. Faz-se necessário que essas ideologias sejam disseminadas – principalmente na elite formadora de opinião – para que elas pareçam originárias das organizações internacionais, de forma que os Estados hegemônicos aproveitem do papel destas para perpetuar suas ideologias e as fazer parecer dessa forma desinteressadas ou imparciais, conforme podemos perceber em Guimarães (2001, p. 33):

No âmbito político, busca-se a expansão da competência do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de seu sistema de sanções para além do conceito inicial restrito, conforme a Carta de São Francisco, de ameaça à paz e de ruptura da paz. No âmbito militar se verifica, de um lado, a preservação do status especial dos integrantes daquelas estruturas e, de outro, a elaboração de normas de controle da difusão de tecnologias avançadas, por meio da AIEA, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), do Comprehensive Test Ban

Treaty (CTBT), da Organização para Eliminação de Armas Químicas (OPAQ), dos acordos de Wasenaar, do Missile Technology Control Regime (MTCR) etc. Finalmente, procura-se a coordenação de ações militares usando a OTAN, a inclusão de novos membros na OTAN e a ampliação de sua esfera geográfica de atuação. A elaboração de normas de conduta econômica na esfera internacional e na doméstica para um número crescente de atividades se realiza no âmbito de várias organizações internacionais. Os principais foros onde se elaboram tais normas são a OCDE e a OMC, e se utiliza para sua implementação o sistema de "condicionalidades" do FMI e do Banco Mundial, em especial para os países endividados da periferia. Outras arenas de elaboração de normas são as estruturas supranacionais, como a União Européia, que incluem um número crescente de países europeus e o esquema da Cúpula de Miami, que pretende negociar ampla gama de compromissos políticos e na área econômica criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A própria negociação da ALCA viria a definir e consolidar normas de política econômica para todos os países do Hemisfério Ocidental, em especial os de natureza periférica.

É importante notar que devido a inter-relação entre os Estados, quando as estruturas hegemônicas desenvolvem suas estratégias de preservação e expansão de poder, elas também irão sofrer os efeitos daquilo que criaram no sentido de que sentiram a consequência das reações daquilo que impõe aos demais Estados.

Dando continuidade, pode-se concluir a primeira etapa desse trabalho dando entendimento ao elemento da aceitação da hegemonia estadunidense pelos demais Estados do sistema internacional e analisar a forma que se compreende a dominação americana no mundo de acordo com Mead (2006, p. 51):

Assim como os tipos de ordem social nacional que Gramsci e seus herdeiros analisaram, a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial é mais forte, mais efetiva e menos vulnerável, uma vez que os demais Estados soberanos concordam com esta estrutura e a consideram como legítima e inevitável. O poder originado desse consentimento é o poder hegemônico americano.

Contudo, o entendimento do conceito da hegemonia a partir de Gramsci, busca proporcionar a fundamentação teórica necessária para analisar se existia a necessidade de uma nova liderança hegemônica no período pós-Segunda Guerra.

3 A NECESSIDADE HISTÓRICA DA HEGEMONIA MUNDIAL DOS EUA E SEUS PRINCIPAIS PILARES

“O século vinte será americano. O pensamento americano o dominará. O progresso americano lhe dará cor e direção. As conquistas americanas o tornarão ilustre”.
- (Senador Albert J. BEVERIDGE, em 1900, ao responder ao brinde “Ao século XXI!”)

O período de 1939-1947 foi marcado por uma guerra que efetivamente foi travada entre todos os povos e culturas do planeta. Desse conflito podemos colher relações internacionais contemporâneas em seu mais alto nível de mundialização, conforme observa Saraiva (2007, p.170):

Do ponto de vista quantitativo, as relações internacionais da construção e expansão do mundo liberal cederam lugar a uma nova ordem internacional. A Grã-Bretanha e a França deixariam de reinar. A Alemanha e a Itália perderiam os espaços internacionais conquistados pela força. Apesar do prenúncio dessa nova ordem vir do período entre as guerras, o nascimento de um ordenamento internacional sustentado na emergência dos flancos europeus é desdobramento inequívoco da Segunda Guerra Mundial.

Se analisarmos os principais acontecimentos de 1941 é fácil perceber como a guerra mundializou-se após o ataque alemão contra a União Soviética, em junho, e depois do ataque japonês contra bases norte-americanas, em dezembro. A França invadida e a Grã-Bretanha falida evidenciavam a decadência das antigas potências. As novas variáveis de forças ampliaram o teatro dos conflitos, como observa Saraiva (2007, p. 179):

As guerras paralelas se uniram na maior conflagração da história da humanidade. Ao final de 1945, o mundo já se modificara plenamente. Em 1947, a balança de poder internacional era outra.

O mundo que se apresentava era claramente uma ruptura com as heranças de poder que persistiam no século XIX e com os anos de instabilidade e transição do período entre as guerras. Com esse rompimento, veio o fato mais importante: era o fim da supremacia europeia e o surgimento de uma nova ordem internacional, que conseguiu elevar dois países fora das fronteiras europeias ao ocidente e ao oriente à condição de superpotências, devido ao resultado da Segunda Guerra Mundial.

Importante ressaltar que os Estados Unidos ocuparam o lugar deixado pela criadora da ordem internacional liberal do século XIX: a Inglaterra. Os britânicos estavam pagando um preço alto demais pela guerra e como haviam perdido muitos navios mercantes, não conseguiam manter sua máquina de guerra, tinham dificuldades para pagar os produtos americanos (cash-and-carry), o que resumindo significava que a situação da Inglaterra era de falência eminente.

Para os Estados Unidos, os experimentos da cooperação econômica com a Grã-Bretanha, às vésperas da mundialização da Segunda Guerra, serviriam para o mundo do pós-guerra. As bases do Plano Marshall já estavam sendo planejadas bem antes da entrada efetiva dos norte-americanos no conflito mundial. Segundo Saraiva (2007, p. 181), é nesse momento que emerge um novo conceito: a de superpotência conforme explicado abaixo:

Os Estados Unidos gestavam uma nova condição da inserção internacional dos Estados na era contemporânea das relações internacionais. A superioridade econômica, associada à capacidade e à vontade para sobrepujar as potências européias tradicionais, elevava os Estados Unidos ao cerne das decisões internacionais de uma forma diferente da idéia de hegemonia coletiva que presidira até então o ordenamento internacional.

Analisando com base histórica, segundo Cox, as hegemonias são normalmente fruto de uma revolução econômica e social que expande a hegemonia interna para a hegemonia externa e é exatamente o modelo interno que acaba sendo expandido externamente, de forma a fazer um paralelo com a afirmação de Cox abaixo:

Historicamente, hegemonias desse tipo são fundadas por poderosos Estados que tiveram uma completa revolução econômica e social. A revolução não modifica somente as estruturas políticas e econômicas do Estado em questão mas também concentra energias que expandem além das fronteiras do estado. Uma hegemonia mundial é assim em seus primórdios uma expansão externa da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada a essa hegemonia nacional tornam-se padrão para a emulação no exterior. Tal hegemonia expansiva se dá nos países mais periféricos na forma de uma revolução passiva. Esses países não têm a mesma revolução social profunda, nem têm suas economias desenvolvidas da mesma forma, mas tentam incorporar elementos a partir do modelo hegemônico sem perturbar as velhas estruturas de poder. Enquanto os países periféricos podem adotar alguns dos aspectos econômicos e culturais do núcleo hegemônico, eles são menos aptos a adotar seus modelos políticos. Assim como o fascismo se tornou a forma de revolução passiva na Itália do período entre-guerras, várias formas de regimes burocrático-militares supervisionam a revolução passiva nas periferias dos dias de hoje. No modelo hegemônico mundial, a hegemonia é muito mais intensa e consistente no núcleo e mais fraca na periferia. (COX, 1993, apud PASSOS, 2002: 95)

A situação dos Estados Unidos no imediato pós-Guerra era invejável. Sem que nenhuma outra potência lhe pudesse estar à altura e é importante notar que essa situação não era resultado somente e em consequência única da Segunda Guerra e do período posterior da mesma. Foi exatamente através de duas outras grandes guerras – A Guerra Civil e a I Guerras Mundial – que o país foi galgando o caminho em direção a assumir a liderança hegemônica mundial. Na Guerra Civil, resolveu a questão do poder interno e como seria o “seu” capitalismo, abrindo daí caminho para se tornar a maior potência industrial mundial; na I Guerra, modificou sua inserção na economia mundial,

assumindo o papel de centro cíclico principal. E através da II Guerra supera sua tradicional introversão e solidifica sua posição de líder hegemônico construindo uma ordem mundial de acordo com suas regras, conforme explica Wallerstein (2004, p. 22):

A Segunda Guerra Mundial resultou numa enorme destruição de infra-estruturas e populações por toda a Eurásia, do Atlântico ao Pacífico, da qual praticamente nenhum país saiu ileso. A única grande potência industrial do mundo a emergir intacta – e até bastante reforçada, de uma perspectiva econômica – foram os Estados Unidos, que avançaram rapidamente para consolidar sua posição.

Pode-se perceber que todos os Estados que participaram ativamente da Segunda Guerra estavam em situação delicada e dentre estes se destacavam somente os Estados Unidos que saíram ilesos da Segunda Guerra, com um PIB que correspondia a 50% do produto bruto mundial, detinham mais de 50% das reservas de ouro do mundo, conforme afirma Guimarães (2001, p. 26):

(...) em 1946, o produto interno bruto americano era superior a 50% do produto bruto mundial. Sua estrutura econômica não havia sido atingida fisicamente como havia passado por extraordinário desenvolvimento tecnológico, impulsionado pelas necessidades da guerra. As tropas americanas ocupavam os países do Eixo (...) haviam demonstrado ao mundo sua liderança científica e tecnológica e sua determinação política em utilizá-la (...) detinham mais de 50% das reservas de ouro do mundo e eram importantes credores dos países aliados, inclusive da União Soviética.

Assim, entende-se que o momento era propício e todos os ventos sopravam a favor do surgimento dos EUA como novo líder hegemônico mundial e que os demais atores internacionais de certa forma ansiavam pelo momento em que seriam salvos da crise mundial do pós-Segunda Guerra. Foi em meio a esse clima, que ficou evidente ao mundo que:

Os Estados Unidos estavam em condições de hegemonia, reunindo condições historicamente sem precedentes para tentar mais uma vez reorganizar o sistema político, econômico e militar internacional. Nessa tarefa, se engajaram através do projeto de segurança coletiva das Nações Unidas. (GUIMARÃES, 2001, p. 26)

Ampliando o papel americano de líder hegemônico, é importante entender o que Keohane (1984) chama de estabilidade hegemônica, isto é, a existência de regimes econômicos internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial, numa perspectiva de discórdia e cooperação. A formação de regimes econômicos internacionais, como o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), a OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), dependeriam normalmente da existência de uma hegemonia contínua, ou seja, a

necessidade de um poder hegemônico, estabilizador, num contexto de cooperação, em que há o ajuste mútuo de políticas estatais. A hegemonia, portanto, facilitaria o estabelecimento de um certo tipo de cooperação internacional e a partir daqui pretendemos abordar melhor o conceito de teoria da estabilidade econômica (TEH), conforme observado também em Pieterse (2009, p. 114-116):

Charles Kindleberger combinou a liderança internacional e a estabilidade. Robert Keohane reformulou esta abordagem como uma teoria da estabilidade hegemônica segundo a qual “um sistema econômico internacional relativamente aberto e estável tem a maior probabilidade de existir na presença de um Estado hegemônico com duas características: possuir recursos suficientes para exercer a liderança e ter disposição para implementar as políticas necessárias para criar e manter uma ordem econômica liberal.(...) A TEH inclui vários aspectos: a capacidade hegemônica (recursos, competências), a intenção (disposição), as políticas (implementação) e o resultado (uma ordem econômica liberal). Já que os EUA não são uma formação unitária, não existe uma intenção homogênea única. A intenção é uma condição necessária, porém não suficiente para que a estabilidade de materialize, algo que também envolve recursos, implementação e outros atores para além dos EUA. A teoria é mais prescritiva que descritiva e o comportamento real da potência hegemônica pode assumir características diferentes, desde a benevolência até a coerção e a exploração.

Dentro da Teoria da Estabilidade Econômica, percebe-se que essa teoria de certa forma legitima que uma economia global assuma o papel equalizador quando não existir um governo mundial, acompanhando o pensamento de Kuttner citado por Pieterse (2009, p. 119):

A potência hegemônica, nesta concepção, desempenha várias funções estabilizadoras: serve de algo parecido a um banqueiro central, injetando liquidez financeira no sistema em momentos de estresse e oferecendo crédito para moderar as instabilidades do câmbio; serve como modelo de última instância e estimula outros países a manterem seus mercados relativamente abertos; por ser uma nação rica e tecnologicamente avançada, a potência hegemônica é também uma fonte de capital de desenvolvimento; e tem a responsabilidade especial de preservar a paz. Na visão de Kindleberger, uma potência hegemônica é relativamente benigna. A adesão ao seu sistema não é forçada e sim encorajada na base dos benefícios oferecidos pela potência aos outros países membros. De fato, a diferença fundamental entre a liderança hegemônica e o tsarismo é precisamente o fato de a potência hegemônica usar incentivos em vez de ameaças e estar disposta a fazer sacrifícios para preservar o sistema. O principal desses é que a potência hegemônica se empenha para ter o melhor comportamento entre os participantes do sistema de livre comércio.

O ambiente mundial estava com a expectativa de que o momento da mudança real e do crescimento econômico idealizado tinha finalmente chegado e a necessidade de uma nova liderança forte no cenário internacional era reforçada pelo medo do fracasso da liderança exercida na Grande Depressão de 30:

Seguindo esta mesma pista, Robert Gilpin (1972 e 1974) e Charles Kindleberger (1973) – ao analisarem a crise dos anos 30 – concluíram, de forma idêntica, que a Grande Depressão foi produzida pela ausência de uma liderança mundial depois da 'retirada' inglesa. Foi quando Kindleberger, generalizando o caso, postulou pela primeira vez que "para que a economia mundial seja estabilizada, deve haver um estabilizador e um só país estabilizador (FIORI, 1997, p. 93)

Foi exatamente com esse cenário que os Estados Unidos encontraram terreno fértil para usar do papel de economia global e assim tornar a hegemonia de um novo líder necessária para o momento do pós-Segunda Guerra diante do cenário mundial que se desenhava.

3.1 O REORDENAMENTO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E A CENTRALIDADE DO DÓLAR

Pode-se afirmar que o grande - e principal problema pós-Segunda Guerra era, sem dúvida, a conquista e a permanência da paz. Em segundo lugar, a prioridade era a reorganização dos processos econômicos. Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema monetário internacional estava desorganizado e a bipolaridade que viria a substituir a hegemônica coletiva da sociedade internacional europeia estava lançando as bases para um jogo de forças que seria chamado de Guerra Fria, mas foi exatamente diante e por causa desse cenário que foi se solidificando a Organização das Nações Unidas e os mecanismos de Bretton Woods, nos planos jurídico e econômico, propagando assim as forças dos vencedores da Segunda Guerra.

O surgimento de uma nova ordem mundial teve de esperar até o fim da II Guerra Mundial, quando se constitui a hegemonia americana sob a égide do padrão-dólar, no interior de uma ordem geopolítica bipolar, que dividiu o mundo em duas esferas de influência. Os EUA emergiram da II Guerra Mundial com um projeto claro de afirmar sua posição de potência hegemônica do mundo capitalista. Este propósito era justificado em termos de evitar as consequências desastrosas do "isolacionismo" que guiou a política americana no pós-guerra (FIORI, 2007, p.123)

Importante notar que esse período foi marcado pela forte atuação da política para regulação do sistema econômico internacional e significou uma quebra ao modelo anterior burguês com o fim do equilíbrio das nações e também com o fim do padrão ouro, conforme percebido abaixo:

A marca registrada deste período do após guerra é a subordinação da economia à política. O economista americano Michael Hudson, em seu livro *Superimperialism* teve a primazia de desvelar a subordinação da economia à

política no processo de construção das instituições criadas em Bretton Woods e Dumbarton Oaks. Em sua essência, a criação das Nações Unidas, do Fundo Monetário, do Banco Mundial e do Gatt significou o reconhecimento do desmoronamento definitivo dos pilares da ordem liberal burguesa, ou seja, do equilíbrio entre as potências e dos supostos automatismos do padrão-ouro. Por isso, os princípios que informaram a construção da nova ordem estavam claramente dirigidos contra o que havia sobrado do velho Império britânico. (FIORI, 2007, p. 123)

Percebe-se claramente que a obstinação inicial da nova potência hegemônica – os EUA – era destruir qualquer vestígio ou possibilidade de reação da antiga potência hegemônica – a Inglaterra – e dessa forma se tornou importante que os EUA firmassem vários acordos e pactos que viabilizassem a substituição do modelo colonial por um modelo que pregasse algo novo e dinâmico, mas que evidentemente contribuísse para manter o poder do lado dos Estados Unidos:

Assim, em primeiro lugar, os EUA aliaram-se com a União Soviética no propósito de desmontar o sistema colonial que servira de base de sustentação ao Império britânico. Segundo, os EUA montaram um sistema de instituições internacionais de controle político-militar (Otan) e econômico financeiro (Gatt, FMI, Banco Mundial) e uma instância jurídica global capaz de incorporar na Assembléia os sucessivos países descolonizados, mas mantendo o poder decisório no núcleo das potências vitoriosas (Conselho de Segurança) (FIORI, 2007, p. 123-124).

Os Estados Unidos tiveram a oportunidade de nascer como potência, além de possuir a habilidade de saber antecipar suas manobras quando nem as regras do jogo estavam definidas ou claras. E foi sem dúvida, na criação do jogo e na definição das regras que os Estados Unidos deixaram claro que tipo de potência hegemônica estava nascendo para o mundo pós-Segunda Guerra:

As movidas hegemônicas para assegurar o controle do sistema capitalista compreendem: 1) a instalação de bases militares nas fronteiras no sistema socialista rival; 2) o apoio decidido à recuperação econômica das ex-potências do Eixo derrotadas e desarmadas; 3) a substituição no Oriente Médio do tabuleiro montado pelas ex-potências imperiais, França e Inglaterra; 4) a tentativa de estender a gendarmarie à escala global. Ao alcançar o extremo-oriental, culminou na adoção de uma estratégia de contenção em relação à China, o que propiciou o desenvolvimento a convite do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan (FIORI, 2007, p. 124).

O momento era formado por uma necessidade mundial de recuperação econômica devido à destruição dos Estados após a Segunda Guerra, um endividamento crescente de todas as nações envolvidas e o pano de fundo torna essencial a presença de um novo líder hegemônico que pudesse definir uma agenda e proporcionar uma nova fase na economia internacional. O ponto central é que existia um único grande Estado que não foi destruído, que também era o credor dos demais países e que estava

aguardando a oportunidade de colocar as cartas na mesa e definir como seria sua liderança sobre os demais e esse Estado era os Estados Unidos.

Os Estados Unidos empunharam a bandeira de líder do mundo livre se apoderando da discussão - que existiu no período anterior ao final da Segunda Guerra - acerca da recuperação dos Países Centrais que haveriam de ser devastados na guerra. Assim, com o final iminente de tal Guerra, Harry D. White, economista-chefe do Departamento do Tesouro norte-americano, elaborou um documento formal, onde além de outras medidas propôs um “fundo de estabilização” que visasse manter em equilíbrio as taxas de comércio internacional, propõe também a criação de um Banco voltado para a reconstrução da Europa e do Japão e tal projeto encontra apoio do Presidente Roosevelt, que acaba por mandar uma cópia à Inglaterra para a análise dos termos.

Na Inglaterra, John Maynard Keynes, analisa a proposta enviada pelos Estados Unidos e acaba indicado como Conselheiro da Fazenda. Keynes já vinha ponderando sobre um plano que permitisse a reconstrução financeira, a organização do comércio Internacional e apesar de seu prestígio, suas observações para a criação do Banco Mundial não foram consideradas quando foi realizada a Conferência.

Claro que a contribuição das idéias de Keynes foram de extrema importância pois o acordo de Bretton Woods foi fundamentado nisso mas obviamente não foram as regras que ele desenhou que foram aprovadas. Keynes defendia o fim do uso do ouro como moeda internacional, a criação de uma moeda nova que fosse realmente internacional sem relação a qualquer país (pois isso significaria uma grande vantagem ao país que a tivesse), a presença de uma autoridade financeira que serviria de banco central dos bancos centrais do mundo com forte atuação e papel regulador no mercado financeiro e o controle do fluxo de capitais de curto prazo (esse elemento sim foi implementado na proposta), conforme Fiori (2004, p.182-183):

Keynes, como representante da Inglaterra na conferência de Bretton Woods, em 1944, participou das negociações sobre como seria a ordem internacional quando a guerra terminasse e propôs uma espécie de moeda mundial, que não seria a moeda de nenhum país específico e que gerasse maior simetria e estabilidade nas relações econômicas internacionais. Keynes considerava que o sistema monetário internacional tendia a impor um viés deflacionista à economia mundial e pensava em formas de evitar este viés. Para que isso fosse possível, em primeiro lugar, a moeda internacional não deveria ser o ouro, pois Keynes considerava a moeda metálica cara e ineficiente, completamente anacrônica e inadequada a um sistema financeiro moderno. A moeda internacional também não deveria ser a moeda nacional de um país específico, senão este país teria a vantagem assimétrica de ser o único a fechar suas contas externas em sua própria moeda. Keynes propôs então uma moeda nova, o “Bancor”, que seria usada somente para pagamentos internacionais e seria emitida por uma autoridade monetária verdadeiramente internacional. Além disso, Keynes achava que a autoridade monetária internacional (papel que seria cumprido pelo FMI) deveria impor regras de ajustamento aos países,

de forma que fosse eliminado o viés deflacionista do sistema monetário internacional. Este viés, segundo Keynes, vinha do fato de que normalmente, num sistema de câmbio fixo, nenhum país sofre qualquer sanção ou entra em qualquer dificuldade grave quando tem superávits contínuos na balança de pagamentos e acumula reservas, enquanto os países deficitários que perdem reservas são sempre obrigados (de uma forma ou de outra) a fazer ajustes recessivos. Keynes argumentava que o sistema monetário internacional deveria incluir regras que também levassem os países cronicamente superavitários a expandir suas economias e suas importações, para que a economia mundial pudesse caminhar na direção do pleno emprego. Finalmente, Keynes via como essencial, para que fosse possível o crescimento da economia e do próprio comércio internacional, que os fluxos de capitais de curto prazo fossem fortemente controlados. A idéia era evitar que movimentos especulativos na conta de capital perturbassem o ajustamento externo dos países, permitindo que a taxa de câmbio e as reservas internacionais fossem administradas de acordo com as mudanças na competitividade real e nos níveis de atividade produtiva das diversas economias. Esse era, em linhas gerais, o esquema que Keynes queria propor em Bretton Woods. Naturalmente, não foi essa a idéia que foi aprovada.

Diante dos desafios apresentados, ficou transparente e clara a opção dos EUA de finalmente deixar sua posição isolacionista e assumir o papel de líder hegemônico no cenário internacional. E exatamente nesse ambiente carente de liderança que foi firmado o acordo de Bretton Woods em 1944, acordo esse que criou duas instituições poderosíssimas, que passaram a administrar o novo sistema monetário internacional inaugurando uma era de paz e de crescimento econômico sustentado que durou cerca de 30 anos:

(...) às duas instituições criadas em Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). O FMI e o Banco Mundial foram planejados para serem instituições centrais num mundo sem guerra e sem os destrutivos nacionalismos econômicos. Como observa Lord Eric Roll, notável historiador econômico e presidente do conceituado banco mercantil londrino S. G. Warburg & Co., 'poucas vezes na história foi concentrada uma combinação tão ampla de visões políticas e econômicas, de habilidade técnica e administrativa, de interesse e idealismo, para a ordenação de assuntos humanos' (MOFFITT, 1984, p. 14).

Pode-se concluir que o acordo de Bretton Woods além de fixar o dólar como moeda internacional, significou também "a aceitação da derrota da Segunda Guerra por Alemanha-Japão-Itália" mas também de certo modo, pelo resto da Europa Ocidental, conforme poderemos perceber a seguir:

O Padrão Ouro-Dólar, também conhecido como Sistema de Bretton Woods, era baseado em taxas de câmbio fixas dos países centrais, porém reajustáveis, pois podiam mudar por decisões de política em relação ao dólar e em relação ao preço oficial do ouro. O preço oficial do ouro em dólares foi mantido constante até 1971. Fazia também parte do sistema o controle de fluxos de capitais de curto prazo, na maior parte dos países.

Após a II Guerra Mundial houve a tentativa de reconstrução do sistema monetário internacional que havia se desorganizado desde a Grande depressão dos anos 30. A posição dos EUA neste momento era muito forte,

pois praticamente todos os países aliados haviam tomado empréstimos nos EUA durante a guerra, além de que uma boa parte das reservas de ouro do mundo estava nos EUA. Ao vencer a II Guerra Mundial, a vitória militar americana não foi somente contra o eixo Alemanha-Japão-Itália mas, do ponto de vista econômico, os EUA derrotaram de vez toda a Europa Ocidental. Foi com essa posição inicial de poder, particularmente assimétrica dos EUA, que foi construída a ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra. (FIORI, 2004, p. 182)

A proposta aprovada em Bretton Woods foi de um sistema no qual as moedas-chave seriam teoricamente o ouro, o dólar e a libra (embora a libra tivesse um papel secundário dado o alto grau de endividamento externo em ouro e dólares da Inglaterra) e, na sua operação prática, era quase que somente o dólar.

Contudo, a criação do Banco Mundial reforçou de forma ímpar a hegemonia estadunidense, principalmente, porque tal período marcou definitivamente a supremacia político-econômica dos Estados Unidos, o que Harry Magdoff (1972, p. 46-47) chamou de a constituição de um “novo imperialismo mundial”, a saber:

A partir de 1945, o fenômeno novo é que os Estados Unidos passam a assumir a direção de todo o sistema imperialista. Em virtude da consolidação da sua força econômica e militar e da destruição infligida aos rivais pela guerra, os Estados Unidos adquirem a capacidade e a oportunidade de organizar e dirigir a rede imperialista da nossa época.

Neste momento histórico, importante notar que os Estados Unidos tinham todas as condições do ponto de vista econômico e também militar, bem como gozavam do momento certo para impor ao mundo uma nova liderança hegemônica, e podemos confirmar isso nas premissas que foram desenvolvidas na criação do Banco Mundial.

De acordo com Leher (1998, p. 104), as premissas para a criação do Banco Mundial, ditadas pelos norte-americanos, foram centradas no seguinte tripé: I) – livre mercado sem discriminação aos Estados Unidos; II) – clima favorável para investimentos dos Estados Unidos no exterior; e III) – livre acesso às matérias-primas, conforme explicado no texto abaixo:

Tal fato indica que ao mesmo tempo em que o Banco esteve orientado para a Reconstrução dos “Países de Primeiro Mundo”, no período pós-guerra, ele desempenhou um importante papel na consolidação da hegemonia norte-americana, a qual estava relacionada às condições de exercício do poder, posto que, A dominação militar estava assegurada pela evidente supremacia na fase final da Segunda Guerra, mas a outra condição da hegemonia, a liderança do conjunto dos Estados Aliados demandaria a criação de instituições que contribuíssem com a construção do processo de identificação dos interesses particulares dos EUA como equivalente ao interesse geral. O Banco Mundial, ao longo da sua história, cada vez mais vem assumindo um lugar de ponta nesse sentido (LEHER, 1998, p. 103).

Importante perceber que o papel do FMI se resumiu a uma instituição financeira para momentos de crise (mas com recursos limitados) e atuou mais como um banco para pobres onde o alto custo de ajustes fatalmente seria absorvido pelas nações em desenvolvimento, conforme Fiori:

Além disso, o FMI, em vez de um banco central mundial, se transformou numa fonte de liquidez de emergência com recursos bastante limitados e principalmente numa espécie de comitê de cobrança dos credores internacionais, com a implicação de que todo o ajuste sempre recairia sobre os países deficitários (FIORI, 2004, p. 183).

As regras definidas em Bretton Woods tinham claro interesse em manter a posição de liderança hegemônica recém conquistada pelos EUA, no momento em que os outros países não poderiam criar resistência e se opor a qualquer que fosse a proposta americana de reformulação do mercado monetário internacional.

Claro que esse acordo beneficiaria os países superavitários, mas existia o risco de que Bretton Woods gerasse práticas protecionistas pelos países superavitários (sendo os EUA o maior deles) e que não fossem tolerados ajustes na taxa de câmbio. Alguns atores defendem que possivelmente isso poderia ter acontecido se não fosse a Guerra Fria e a necessidade americana de vender seu modelo econômico fordista ao mundo em reorganização. E dessa forma, FIORI analisa que:

A proposta aprovada dava grande poder assimétrico para os países superavitários e o grande país superavitário naquele momento era os EUA. Logo, havia o perigo dos EUA decidirem manter seu superávit, praticar políticas protecionistas e não tolerar ajustes na taxa de câmbio dos países menos competitivos. Se isto tivesse ocorrido, a economia mundial capitalista poderia entrar novamente numa fase de estagnação.

No entanto, nada disso ocorreu, pois em 1947 começou a Guerra Fria e a prioridade da política externa americana (exemplificada pelo Plano Marshall) passou a ser a reconstrução e o desenvolvimento acelerado dos países da órbita capitalista. Esse fator geopolítico fez com os EUA operassem o sistema monetário e financeiro internacional de uma forma extremamente benigna no ponto de vista de estimular o crescimento dos demais países centrais. É por esse motivo que o sistema de Bretton Woods acabou operando em grande parte da forma como Keynes gostaria. Isso se deu pela decisão da política americana de recuperar e desenvolver as economias capitalistas tanto na Europa quanto na Ásia, para defender o “mundo livre” da ameaça do comunismo. (FIORI, 2004, p. 184)

Fica evidente que os anos dourados do capitalismo aconteceram após Bretton Woods, mas deve-se separar a teoria do acordo da prática de sua gestão. Existe uma grande diferença entre o que foi assinado em Bretton Woods e o que aconteceu na prática e podemos dizer que devemos isso grande parte à Guerra Fria, que só devido a isso é que as idéias de Keynes foram colocadas em prática e isso deu ao mundo uma

mostra saudável do tipo de desenvolvimento econômico mundial que o capitalismo poderia trazer ao mundo. Ainda citando Fiori:

A “idade de ouro” do capitalismo certamente não foi um processo espontâneo de mercado. Se observássemos a Europa, o Japão e o restante da Ásia em 1945, não se poderia projetar nenhuma “idade do ouro” para as décadas seguintes. A situação destas regiões era de enorme assimetria de poder em relação aos EUA devido à devastação das economias nacionais, inclusive a da Inglaterra, causada pela guerra. O período da “idade de ouro” foi chamado por Hicks (1974) de “Era de Keynes” por ser a época em que o mundo capitalista desenvolvido foi organizado de acordo com as idéias de Keynes. No entanto, sem dúvida, o motivo para a aceitação e aplicação destas idéias estava ligado fundamentalmente à Guerra Fria. (FIORI, 2004, p. 188)

Ao alcançar os momentos finais dos anos dourados, a preocupação do Banco Mundial é com a taxa de crescimento dos países pobres que podemos perceber nas palavras de Robert McNamara, o quinto presidente do Banco Mundial, empossado em 1 de abril de 1968:

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político. (MCNAMARA, 1972, p.1070, citado por FONSECA, 1998, p. 3 - tradução nossa)

Nota-se nas palavras de Robert McNamara que a preocupação em assistir algumas políticas sociais nestes países fazia parte de uma estratégia política e claramente de segurança do modelo capitalista. Robert McNamara foi Secretário de Defesa dos EUA de 1961 a 1968 e, enquanto tal, um dos principais formuladores da política externa norte-americana, bem como, um dos mentores da intervenção no Vietnã:

Sendo assim, foi McNamara, na presidência do Banco Mundial em 1968, que promoveu mudanças na orientação política desta instituição, preocupado, principalmente, com a questão da pobreza, que para ele estava atrelada à questão da segurança. Tal associação foi o principal argumento na estratégia adotada por ele, contudo, apesar da forte conotação de suas falas, McNamara não era, de modo algum, um pacifista. A questão da Guerra estava associada à estratégia dos EUA para manter a sua supremacia. A guerra em si não lhe causava contrariedade. São notórias as suas vinculações com o complexo industrial-militar. Ele chegou a agradecer publicamente o fervor da Dow Chemical Co. na defesa do mundo livre ao produzir o NAPALM (uma substância que dissolve a pele) (GEORGE; SABELLI, 1994, p. 40). Em sua gestão à frente do Departamento de Defesa, associara as instituições educativas aos interesses geopolíticos de Washington, não descartando a cultura militar. (LEHER, 1998, p. 119).

Dessa forma, pode-se entender que o acordo de Bretton Woods foi muito importante pelas instituições que criou e importa ressaltar que foi importante para os EUA pelo fato de que o acordo tornou o dólar a moeda dominante do sistema global. Sendo assim, quando a moeda norte-americana ainda estava teoricamente associada ao ouro, o Banco Central norte-americano pôde aumentar o fornecimento de dólares em resposta às necessidades econômicas; diferentemente do passado, quando a provisão do ouro fora determinada pelo ritmo das descobertas nas principais áreas de mineração do mundo. O resultado foi uma mágica combinação de uma base monetária crescente com estabilidade de preços durante quase 30 anos. Tais condições evoluíram tanto a ponto de contribuir para a concretização do milagre econômico, que transformou padrões de vida no Ocidente avançado e no Japão. Podemos citar que o progresso em direção ao estabelecimento do livre comércio e ao desenvolvimento de um sistema político e jurídico internacional, que possibilitou ondas sucessivas de expansão e integração por toda a economia mundial, conforme observa Maffetti (1984, p. 42):

A instituição do sistema monetário de Bretton Woods restaurou a confiança no comércio e nos investimentos internacionais. Os acordos estabeleceram um novo conjunto de regras para governar o comércio, as finanças e as taxas de câmbio – pontos cruciais da economia mundial do pós-guerra. Com uma segura estrutura financeira em cena, os negócios multinacionais floresceram. As multinacionais, baseadas nos Estados Unidos, emigraram para produzir automóveis, extrair cobre e plantar bananas. O investimento estrangeiro logo se tornou essencial para a saúde das maiores empresas americanas. As multinacionais revolucionaram a vida econômica ao criarem o que Richard Barnet e Ronald Muller batizaram como um Shopping Center Global.

3.2 OS ACORDOS DE YALTA E POTSDAM

A Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, consagrou a divisão que se desenhara anteriormente entre os aliados ocidentais e a União Soviética. O plurilateralismo das negociações, entre 1943 e 1944, cedeu lugar ao unilateralismo do poder soviético na Europa Oriental. A criação do governo provisório da Polônia gerou a ruptura aberta entre Churchill e Stalin. A imposição soviética sobre a Romênia e a Bulgária acelerou o pessimismo de Roosevelt e Churchill em Yalta. O tempo das relações internacionais já era outro: a política das áreas de influência na Europa se tornaria um modelo a ser aplicado à própria política mundial. Era esse o sistema de Yalta comentado por Wallerstein (2004, p. 22):

Portanto, não foi a fundação da Carta das Nações Unidas em 1945 que determinou as restrições geopolíticas na segunda metade do século XX, mas sim a Conferência de Yalta, dois meses antes, que reuniu Roosevelt, Churchill e Stalin. Os pactos formais foram menos importantes do que os acordos informais e tácitos nela estabelecidos. Só podemos avaliá-los observando o comportamento dos Estados Unidos e da União Soviética nos anos seguintes. Quando a guerra terminou na Europa, no dia 08 de maio de 1945, as tropas soviéticas e as ocidentais (isto é, americanas, britânicas e francesas) estavam localizadas em pontos particulares – essencialmente, ao longo de uma linha norte-sul, no centro da Europa, que se tornou conhecida como a Linha Oder-Neisse. À parte alguns ajustes menores, foi onde ficaram. Em retrospectiva, Yalta foi um acordo entre ambos os lados no sentido de que poderiam permanecer onde estavam e nenhum lado usaria a força para expulsar o outro. Este pacto tácito aplicava-se também à Ásia, como demonstra a ocupação do Japão pelos Estados Unidos e a divisão da Coreia. Politicamente, Yalta foi um acordo de status quo, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de um 1/3 do mundo e os Estados Unidos o restante.

Os Estados Unidos estavam diante de alguns problemas e desafios, mas nada poderia ser pior naquele momento, sem dúvida, do que se deparar com uma baixa demanda efetiva, com poucos compradores no mundo por causa das conseqüências do pós-Segunda Guerra que ocasionou o declínio do poder de compra da Europa Ocidental e do Leste da Ásia. Não bastava aos EUA ter uma produção fantástica, moderna e preparada senão existisse demanda suficiente para escoar seu modo de produção e manter a produção de forma constante e continuada. O problema nesse caso era o custo a ser pago conforme abordado por Wallerstein (2004, p. 41) que isso significaria ir além do básico pois:

Isto requeria mais do que auxílio; requeria reconstrução. Por mais lucrativas que estas reconstruções fossem para a indústria, eram dispendiosas para os contribuintes. Fazer face às despesas a curto prazo transformou-se em um problema político interno para o governo dos Estados Unidos.

Além disso, é importante lembrar da presença do comunismo através da outra aspirante a potência hegemônica – a União Soviética - que apesar de ter sofrido com a guerra, se tornava uma potência hegemônica através do uso da sua a força militar que ocupava metade da Europa. A bandeira do socialismo estava fincada em territórios em que a “divisão dos mundos” podia ser vista como frágil oportuna. Foi diante desse cenário que Yalta se tornou importante para definir limites territoriais e, além disso, a definição das áreas de influência de ambos os lados, que podemos perceber claramente em Wallerstein (2004, p. 41) pois a União Soviética :

Autoproclamava-se um Estado socialista, com a missão teórica de conduzir todo o mundo ao socialismo (e depois, novamente em teoria, ao comunismo). Entre 1945 e 1948 foram erguidas uma a uma as chamadas democracias populares, sob a égide de partidos comunistas, nas zonas onde o Exército Vermelho se encontrava no final da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, Winston Churchill falava de uma “cortina de ferro” que caíra sobre a Europa, de Stettin a Trieste. Para além disto, nos anos imediatamente após 1945, os

partidos comunistas revelaram-se extremamente fortes em grande número de países europeus. Conquistaram 25% a 40% dos votos nas primeiras eleições do pós-guerra na França, Itália, Bélgica, Finlândia e Checoslováquia – resultado tanto da sua força anterior, nos anos entre guerras, como do seu papel durante a guerra, ao inspirar boa parte da resistência contra o nazismo e o fascismo. O mesmo aconteceu na Ásia. Na China, o Partido Comunista marchava sobre Xangai contra um governo que perdera a sua legitimidade. Os partidos comunistas e/ou forças de guerrilha eram também fortes no Japão, nas Filipinas, na Indochina e nas Índias Orientais Holandesas, e não eram negligenciáveis em outros locais.

Para buscar um melhor entendimento diante dos dois cenários apresentados ao mundo como opção aos modelos fascistas, nazistas e nacionalistas, duas palavras parecem resumir bem a forma de solução do problema: Yalta e contenção. Importante notar que o pensamento da época representado por Kennan era de evitar ao máximo transformar a Guerra Fria em uma guerra quente, conforme abaixo:

Yalta fixou ostensivamente as fronteiras das tropas estacionadas no pós-guerra e, portanto, de influência política, bem como as modalidades de governos estabelecidos nos países libertados. A contenção foi uma doutrina inventada por George Kennan alguns anos mais tarde. Falando por si próprio mas, indiretamente, também pelas instituições dos Estados Unidos, Kennan defendeu a contenção da União Soviética por parte dos Estados Unidos, porém na forma de uma Guerra Fria que não devia e não podia transformar-se em uma guerra quente. (WALLERSTEIN, 2004, p. 43)

Com a questão militar resolvida, todos os esforços poderiam ser dirigidos à recuperação econômica e essa era a peça chave para selar de vez a hegemonia estadunidense e transformar definitivamente o mundo “livre” começando pela Europa e depois avançando para a Ásia:

Os Estados Unidos capitalizaram o ambiente de Guerra Fria para lançar esforços maciços de reconstrução econômica, primeiro na Europa Ocidental e depois no Japão, bem como na Coreia do Sul e em Taiwan. A fundamentação lógica era óbvia: de que adiantava ter uma superioridade produtiva tão esmagadora se o resto do mundo não podia oferecer uma demanda efetiva para ela? Além disso, a reconstrução econômica ajudava a criar uma clientela nas nações que recebiam auxílio, esta sensação de obrigação encorajava uma disposição para entrar em alianças militares e, ainda mais importante, uma subserviência política. (WALLERSTEIN, 2004, p. 24)

Não se pode deixar de citar a propaganda ideológica utilizada pelos EUA com grande sucesso para o engrandecimento do seu modelo capitalista e de demonização do comunismo pelo mundo. Foi através dessa tática que podemos entender como ir além do poder pegajoso para inaugurar o uso do poder encantador com muito mais eficiência do que a União Soviética conseguiria e que seria o grande resultado a ser

comemorado não só pelos EUA, mas também pelo mundo “livre” encantado pela ideologia fordista:

Finalmente, não podemos subestimar a componente ideológica e cultural da hegemonia dos Estados Unidos. O período imediatamente após 1945 pode ter sido o ponto alto histórico da popularidade da ideologia comunista. (WALLERSTEIN, 2004, p. 24-25)

Assim, concluí-se que Yalta serviu mais aos interesses do capitalismo do que os do comunismo devido a eficiência norte-americana em desenvolver rapidamente as regiões sobre sua influência e pela propagação maciça da ideologia americana como necessidade ao mundo pós-segunda guerra, o que pode ser resumido abaixo:

O que Yalta e a contenção conseguiram é bastante claro. A União Soviética tinha uma zona sob seu total controle (a maior parte daquilo a que chamamos hoje Europa Central e do Leste). Os Estados Unidos reclamavam todo o resto do mundo. Os Estados Unidos nunca interferiam na zona soviética (exceto por meio da propaganda). Por outro lado, a União Soviética nunca interferiu realmente em qualquer zona situada além da sua esfera, a não ser com propaganda política e algum dinheiro, com a única e grave exceção do Afeganistão (um grande erro, como os soviéticos viriam a descobrir). É verdade que alguns países ignoraram este simpático acordo bilateral entre Estados Unidos e União Soviética. (WALLERSTEIN, 2004, p. 44)

Em Potsdam, cidade próxima a Berlim, precisamente no mês de Julho do ano de 1945, se reuniram representantes dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, os países vencedores da Segunda Guerra. (MAGNOLI, 2004)

As discussões estavam centradas na Alemanha e a Conferência de Potsdam teve papel importante na mudança ideológica, social e política que seria imposta para a Alemanha derrotada. Os países vencedores da Segunda Guerra foram representados por Harry Truman, Josef Stalin e Clement Attlee e:

O centro das discussões foi a organização da administração da Alemanha derrotada. Decidiu-se a divisão provisória da Alemanha em quatro zonas de ocupação militar administradas pelas potências vencedoras (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética). Os ocupantes deveriam cumprir um programa de erradicação completa das estruturas nazistas e realizar reformas voltadas para a democratização da sociedade alemã. As medidas concernentes ao conjunto do território seriam tomadas em comum acordo. (MAGNOLI, 2004, p. 88)

A situação da Alemanha era extremamente estratégica para ambos os lados e a divisão da Alemanha pareceu abalar também a estrutura de confiança e praticamente definiu a divisão entre o mundo ocidental capitalista e oriental comunista, conforme explicado abaixo:

Berlim, situada na zona de ocupação soviética, na parte oriental da Alemanha, foi subdividida em quatro setores administrativos subordinados a comandantes militares das potências vencedoras. A administração do conjunto da área da cidade estaria a cargo de um Conselho de Controle Interaliado, em que teriam assento os quatro ocupantes. Delineava-se a futura partição geopolítica do território alemão. (MAGNOLI, 2004, p. 88)

Dessa forma, estava definida a base para a administração da Alemanha logo depois do fim do conflito. A Alemanha foi dividida em quatro partes e foi criado um grupo de ministros das Relações Exteriores, dos quais participaram representantes dos Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, China e França e as mesmas posteriormente cinco potências a ter poder de veto no Conselho de Segurança da ONU:

Os fundamentos da divisão da Alemanha em zonas de ocupação e da criação dos setores de ocupação de Berlim tinham sido estabelecidos em Yalta. Em Potsdam, esses acordos foram confirmados e admitiu-se a França como potência ocupante do Conselho Interaliado. Nada se definiu sobre o futuro geopolítico da Alemanha, embora existisse um vago consenso sobre princípios de neutralização e descentralização do país. A Áustria foi submetida a um regime de ocupação similar ao da Alemanha, com a confirmação da divisão em quatro zonas estabelecida no momento da capitulação nazista. (MAGNOLI, 2004, p. 91)

Em virtude disso, determinou-se que a Alemanha perderia todos os territórios que foram conquistados antes e durante a guerra. Os comandantes-chefes das quatro principais nações aliadas passariam a controlar, cada um, uma zona definida da Alemanha, cabendo à União Soviética a parte oriental e aos Estados Unidos, França e Inglaterra a parte ocidental. Esta divisão daria origem, passados escassos anos, as duas Alemanhas (RFA e RDA). (MAGNOLI, 2004)

Procedeu-se, também, ao completo desarmamento da Alemanha. Foram extintas todas as forças germânicas de terra, mar e ar, bem como as SS, SA e Gestapo. As associações de veteranos de guerra, as juventudes militarizadas e os clubes e associações para-militares foram também extintos. (MAGNOLI, 2004)

A preocupação principal da União Soviética era garantir e apropriar-se, para si e para a Polônia, da parte que lhe era devida principalmente referente aos equipamentos militares da zona que lhe foi entregue e da participação na produção, conforme percebido abaixo:

Na conferência de Potsdam, a principal preocupação soviética em relação à Alemanha consistia em assegurar-se de que receberia reparações e indenizações. Na verdade a pilhagem já tinha começado: quando as tropas americanas e britânicas entraram em Berlim, em meados de julho de 1945, cerca da metade da maquinaria pesada e dos equipamentos da cidade haviam sido removidos para a União Soviética (MAGNOLI, 2004, p. 95)

Na conferência de Potsdam, Truman conversando com Stalin, comentou sobre a existência de uma "nova arma" sem dar maiores explicações. Chegando ao final da

conferência, os Estados Unidos emitiram um ultimato ao Japão que seria resolvido através de rápida e total destruição, mas sem mencionar a nova bomba. Após a recusa do Japão, as cidades de Hiroshima e Nagasaki foram destruídas, respectivamente em 6 e 9 de Agosto.

Torna-se em parte contraditória a conferência, pois foi durante essa mesma conferência que Truman decidiu usar a bomba atômica para acabar com a guerra, Segundo Magnoli, o marco inicial da Guerra Fria foi o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. Nessa perspectiva, a destruição das duas cidades nada teve a ver com o Japão, já militarmente derrotado, e sim com a divisão geopolítica do mundo, além de proporcionar a Truman a possibilidade de endurecer sua posição na conferência e buscar limitar ainda mais a influência soviética na Europa.

O propósito dos Estados Unidos, para esses historiadores, foi de intimidar Moscou e conter o avanço do comunismo. Em fevereiro de 47, Truman fez no Congresso americano um discurso que mais tarde ficaria conhecido como "Doutrina Truman". O presidente prometia acabar com a chamada "ameaça comunista" em qualquer parte do mundo onde ela surgisse. Era apenas o início de uma longa temporada de tensões internacionais que caracterizariam a Guerra Fria. O encerramento do Bloqueio de Berlim assinalou a inflexão definitiva da estratégia da contenção. Em sua formulação original, de Kennan, a contenção possuía, antes de tudo, um sentido econômico, e seu instrumento básico era a reconstrução da Europa Ocidental. As tensões desencadeadas pela crise berlinense adensaram o conteúdo militar da contenção, resultando na criação, em abril de 1949, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). (MAGNOLI, 2004, p. 102)

3.3 A GUERRA FRIA E A CORRIDA ARMAMENTISTA

A desconfiança gerada com o lançamento da bomba atômica acabou por abalar o relacionamento entre Stalin e Truman e deu início a corrida armamentista. As duas potências envolveram-se numa verdadeira disputa, espalhando exércitos e armamentos em seus territórios e nos países aliados. Ambas as potências acreditavam na teoria do equilíbrio, que entendia que enquanto houvesse um equilíbrio bélico entre as duas potências, a paz estaria garantida, pois haveria o medo do ataque inimigo. Dessa forma era essencial aos Estados Unidos conter o avanço soviético, conforme comentado abaixo:

Do ponto de vista histórico, a Doutrina Truman representava uma notável reviravolta. Desde o século XIX, os Estados Unidos rejeitavam o engajamento na política européia e denunciavam as noções equilíbrio de poder e esferas de influência. Com a Doutrina Monroe, definiram o Hemisfério Americano como espaço prioritário de seu engajamento internacional. Seu isolacionismo da Europa, rompido momentaneamente durante a Primeira Guerra Mundial, tinha sido reafirmado e aprofundado no entre-guerras. A nova orientação transferia a

Europa para o centro da política externa americana e – mesmo que essa transferência ficasse mascarada pelas referências à defesa dos “povos livres” – a contenção do “expansionismo soviético” implicava mover-se no quadro do equilíbrio de poder e das esferas de influência. (MAGNOLI, 2004, p. 93)

Para ter êxito na contenção da potência comunista, os Estados Unidos começa a usar sua diplomacia a fim de estabelecer alianças estratégicas em regiões de influência que permitissem a instalação de bases militares. Estava lançada a base da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, que era basicamente formada por países da Europa Ocidental. A União Soviética respondeu anos depois com o Pacto de Varsóvia e que englobava os países socialistas. A OTAN era formada por Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Itália, França, Canadá, Suécia, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Áustria e Grécia. Os países que faziam parte do Pacto de Varsóvia eram União Soviética, China, Alemanha Oriental, Coreia do Norte, Cuba, Romênia, Iugoslávia, Albânia, Tchecoslováquia e Polônia. (MAGNOLI, 2004)

Foi exatamente nesse período que aconteceram os maiores avanços militares com novas armas sendo preparadas e colocadas a disposição das bases militares da Otan e do Pacto de Varsóvia. A corrida armamentista entre os Estados Unidos e União soviética gerou uma forte rivalidade devido a possibilidade de se descobrir alguma nova tecnologia que pudesse ser determinante para a decisão do “jogo de forças” travado pelas superpotências e deixou um grande legado de desenvolvimento técnico científico do qual estamos colhendo os frutos até hoje.

A corrida armamentista passou pelo desenvolvimento de foguetes, mísseis de longo alcance, foguetes para lançamento de satélites artificiais na órbita da Terra, foguetes tripulados por animais, foguetes tripulados por homens e estavam a todo vapor os avanços bélicos e tecnológicos que além da revolução tecnológica, permitiam dar dinamismo e reprodução ampliada às indústrias nacionais que dessa forma viam na Guerra Fria um excelente negócio. Foi necessário manter a indústria americana a todo vapor para sustentar a demanda de uma guerra que permitia o armamento contínuo nacional e internacional (incluindo as bases aliadas), mas sem a necessidade de disparar um tiro sequer.

O investimento tecnológico teve seu ponto alto com a criação em 1958 da Nasa - National Aeronautics and Space Administration -, órgão encarregado de coordenar as pesquisas para o desenvolvimento de foguetes e artefatos espaciais. A partir daí, a obsessão era a pesquisa nuclear, com a fabricação de bombas cada vez menores e

mais potentes. A outra obsessão era a construção de foguetes cada vez mais velozes e precisos, conforme podemos evidenciar em Fiori (2007, p. 238) abaixo:

A percepção de que os EUA estavam atrás da União Soviética na indústria aeroespacial depois do lançamento do Sputnik criou a força política para o lançamento de um imenso esforço em ciência e tecnologia liderado pela NAS, nas administrações Kennedy e Johnson, voltado para a conquista da lua. No projeto SAGE, os EUA subestimaram a capacitação tecnológica da União Soviética. Na corrida espacial, inversamente, a capacitação tecnológica da União Soviética foi amplamente exagerada. Nos dez anos seguintes, durante os quais o projeto APOLLO liderou o maior esforço tecnológico desde o projeto MANHATTAN, a corrida terminou com a vitória para os EUA; o seu sucessor, o ônibus espacial era um esforço muito menos ambicioso e foi concebido para sustentar a existência da NASA (Lambright, 2002). Mas do mesmo modo do ocorrido no projeto SAGE, diversas inovações tecnológicas em balística, resistência dos materiais, computadores, microeletrônica e fotografia, foram produtos dessa corrida.

Foi a partir da busca por melhoria nos arsenais militares que foram descobertos alguns tecidos sintéticos além de melhorar a precisão e alcance dos artefatos militares e foi através da necessidade de expandir as informações da central de inteligência da Guerra que foram desenvolvidas as redes, o que posteriormente daria vida a Internet como hoje conhecemos.

Era evidente e esperado que um período como o de armamento acentuado, como foi o da Guerra Fria era um período extremamente estressante pela possibilidade iminente de um ataque de qualquer um dos lados. Diante desse cenário de possibilidade constante de guerra é que a diplomacia norte-americana foi colocada em prova em 1962 com a Crise de Mísseis em Cuba.

A tensão foi gerada em outubro de 62, quando aviões de espionagem dos Estados Unidos detectaram movimentos que indicavam a disposição soviética de instalar mísseis em Cuba, conforme abaixo:

A Crise dos Mísseis foi deflagrada em virtude do temor cubano de uma invasão americana. No verão de 1962, Raul Castro e Che Guevara reuniram-se com Krushev em Moscou e solicitaram proteção soviética. Naquele momento, iniciaram-se em segredo, as operações de envio de técnicos militares e mísseis soviéticos para Cuba. A instalação de mísseis intermediários, equipados com ogivas nucleares, na ilha caribenha, pareceu a Krushev resposta adequada à ameaça de invasão, mas constituía; também, uma reação à presença de mísseis Júpiter na Turquia. (MAGNOLI, 2004, p. 106)

Os momentos a seguir foram de tensão, pois era evidente que uma distância de 200 km tornava o território norte-americano vulnerável a um possível ataque. Foi durante esse episódio que o papel da hegemonia estadunidense poderia ter sido desempenhado de forma imperialista mas o que aconteceu foi verdadeiro teste para a diplomacia norte-americana que agiu de forma incisiva na solução do conflito. O

presidente Kennedy tomou fortes medidas, isolando navios russos que vinham para Cuba, decretando quarentena à Cuba e reduzindo as possibilidades de contatos marítimos entre os dois países. E a situação se acirrava:

A operação soviética foi descoberta em fotografias aéreas tiradas num vôo de reconhecimento do U2. Em 16 de outubro, a nova informação chegou a Kennedy. Seis dias depois, o presidente americano anunciou o bloqueio naval de Cuba e lançou o ultimato, no qual exigia a retirada dos mísseis e das ogivas em instalação na ilha. A ameaça de um ataque nuclear soviético a partir do Caribe virtualmente suprimia a superioridade estratégica dos Estados Unidos em vetores e ogivas. No cenário mais amplo da rivalidade militar entre as superpotências, a presença dos mísseis em Cuba esvaziava a credibilidade da represália nuclear americana a uma ofensa convencional soviética na Europa Central. (MAGNOLI, 2004, p. 107)

Resumindo o período de dramaticidade que o mundo inteiro vivenciou, com a possibilidade de um ataque nuclear simultâneo, o qual poderia ter determinado a destruição mútua assegurada, o impasse foi contornado após tensas e secretas negociações diplomáticas entre os dois países, conforme comenta Magnoli (2004, p. 107). Era a vitória da diplomacia americana, que fez questão de dar devido reconhecimento a diplomacia soviética.

A solução foi encontrada em tensas negociações secretas, que resultaram num acordo jamais formalizado. Krushchev concordou com a retirada dos mísseis, das ogivas e dos aviões, assegurada por inspeções da ONU. Em troca, Kennedy prometeu que os Estados Unidos desistiriam de derrubar o regime de Castro e, num prazo de meses, retirariam os mísseis Júpiter da Turquia. A decisão de Moscou, anunciada a 28 de outubro, dissolveu a mais perigosa das crises da Guerra Fria. (MAGNOLI, 2004, p. 107)

A corrida armamentista favoreceu à proliferação dos arsenais nucleares em outras regiões do mundo. Esse período foi importante para o avanço da diplomacia, pois após o impacto da crise dos mísseis, gerou um acordo proibindo testes nucleares, o qual os Estados Unidos, a União Soviética e a Inglaterra assinaram em 1963. Em decorrência desse acordo, os três países aprovaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares no ano de 1964. Claro que o objetivo claro dos acordos era limitar a corrida armamentista para níveis dentro de certos limites.

O período que se seguiu foi de grande atuação diplomática, pois o conflito deixou evidente que por muito pouco as duas superpotências não iniciaram um embate nuclear. Dessa forma, os EUA e a URSS decidiram, então, realizar acordos para evitar uma catástrofe mundial e começar a enfraquecer ainda mais a possibilidade de “esquentar” a Guerra Fria, de acordo com os tratados abaixo citados por Magnoli (2004, p. 113-115):

- Tratado de Moscou (1963) - Os dois países regularam a pesquisa de novas tecnologias nucleares e concordaram em não ocupar a Antártica.

- TPN (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares) (1968) - Os países signatários (EUA, URSS, China, França e Reino Unido) comprometiam-se a não transmitir tecnologia nuclear a outros e a se desarmarem de arsenais nucleares.
- SALT I (Strategic Arms Limitation Talks - Acordo de Limitação de Armamentos Estratégicos) (1972) - Previa o congelamento de arsenais nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética.
- SALT II (1979) - Prorrogação das negociações do SALT I.

A Guerra Fria também trouxe aos Estados que se percebiam oprimidos por outros Estados a legitimação de sua causa com os valores defendidos pelos Estados Unidos: liberdade a todos. Dessa forma, a descolonização teve uma importância fundamental no jogo de poder da Guerra Fria pelo desejo das duas superpotências de apoiar os países que viviam sob o regime colonial de se emanciparem.

Importante explicar a potência hegemônica do mundo livre - os Estados Unidos - foi a grande incentivadora da descolonização e praticamente iniciou esse processo quando declarou a independência das Filipinas em 1946. Dessa forma, apoiou vários países a buscar sua independência com clara intenção de aumentar assim sua zona de influência no mundo e foi diante de um cenário de conflitos regionais que muitos países usando da bandeira estadunidense de liberdade, conseguiram se desvencilhar da dominação exercida por outros países, principalmente das antigas potências colonizadoras européias, conforme veremos abaixo:

A descolonização teve início em 1946, na Ásia, quando os Estados Unidos concederam a independência às Filipinas. Em 1947, a Índia e o Paquistão conquistaram a condição de Estados soberanos; em 1948, a Holanda foi forçada a conceder a independência à Indonésia. No mesmo ano, a China tornou-se comunista, estimulando o anticolonialismo na Ásia e na África. Após emancipar o Laos em 1954, a França retirou-se do Camboja e do Vietnã (....) Em 1956, a França libertou suas colônias do norte da África – Marrocos e Tunísia – e, quatro anos depois, o Senegal, na África ocidental. A Argélia, no entanto, só obteve sua independência em 1962, após uma guerra impiedosa. (...) a Bélgica em 1960 retirou-se do Congo (...) A descolonização estendeu-se por todas as terras africanas governadas pela Inglaterra. Em 1957, a Costa do Ouro britânica, rebatizada com o nome de Gana, conquistou a independência (...) No mesmo ano, Tanganica tornou-se independente, juntando-se a Zanzibar em 1964 para formar a Tanzânia. (...) Em 1962, a Uganda foi descolonizada. (...) A Nigéria, um estado etnicamente dividido, conquistou sua independência em 1960. (...) Em 1964, um ano após ter obtido a independência, o Quênia transformou-se numa república (...) No ano seguinte, na colônia britânica de Rodésia, um partido que advogava a supremacia branca desafiou a Inglaterra declarando a independência unilateral do país, entregando-se finalmente ao domínio africano, em 1980, a Rodésia tornou-se o Estado do Zimbábue (PERRY, 2002, p. 640-641)

3.4 O PLANO MARSHALL

Identifica-se como grande desafio para os Estados Unidos a formação de uma demanda que assegurasse o escoamento da sua crescente produção e uma reprodução

acentuada do capitalismo de forma a garantir seu crescimento econômico e para consolidar a própria existência do modelo fordista. Também estava em jogo a necessidade de uma potência hegemônica que pudesse resolver os problemas do mundo capitalista e em decorrência dessa estratégia é que os Estados Unidos implantaram o Plano Marshall para a Europa Ocidental, assim como mais tarde uma ajuda equivalente ao Japão (Plano Colombo) após a Guerra da Coréia (1950-1953), conforme pode-se perceber:

Foi a Guerra Fria que os encorajou a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível. Chegou-se a argumentar que, dessa forma, a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade global (Walker, 1993). Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim – como fizeram sistematicamente a França e a Áustria -, e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão. (HOBSBWAN, 1995, p. 270)

Dessa forma, aproveitando do momento de Guerra Fria, os Estados Unidos usariam de seu poderio militar para introduzir um novo tipo de poder para se consolidar na liderança do cenário internacional e assim “vender” seu modelo de desenvolvimento econômico junto com as alianças militares, colocando em prática o que Mead (2006, p. 38) chama de poder pegajoso ou poder econômico:

O poder econômico ou pegajoso é um pouco diferente. Não se baseia na coerção militar, mas também não se fundamenta numa simples coincidência de vontades. A planta carnívora seduz sua presa através de um tipo de poder não-coercitivo – um aroma agradável que atrai insetos para a sua seiva. Mas uma vez que a vítima tenha tocada a seiva, fica paralisada; não pode escapar. Este é o poder pegajoso e é assim que o poder econômico funciona – um tipo de poder, no qual tanto os Estados Unidos quanto o Império Britânico se especializaram.

Com o temor de que o histórico do antigo sistema da Grã-Bretanha pudesse se repetir para algo semelhante ao golpe triplo – duas guerras mundiais e a Depressão – os Estados Unidos estavam cientes da necessidade de mudar tanto a base monetária quanto a estrutura legal e política do sistema econômico. Diante desse cenário criaram o Plano Marshall que era um plano de ajuda aos países aliados afetados pela II Guerra Mundial com objetivo de proporcionar a reconstrução desses países, oferecendo capital necessário a juros baixos desde que existisse o compromisso de compra da produção norte-americana. O Plano Marshall era um excelente negócio para os EUA e foi essencial para o avanço do modelo capitalista no cenário internacional, pois visava gerar demanda efetiva a indústria americana, exportar o excedente financeiro americano e conter o comunismo, conforme abordado abaixo:

O que teve Yalta a ver com o estabelecimento das prioridades econômicas mundiais dos Estados Unidos no período do pós-guerra? Como dissemos, os Estados Unidos precisavam criar uma demanda efetiva em escala mundial; contudo, não tinham recursos ilimitados para fazê-lo. Na alocação dos seus recursos, por razões econômicas e políticas, os Estados Unidos deram prioridade à Europa Ocidental. O resultado foi o Plano Marshall, aliás oferecido a todos os aliados. (Wallerstein, 2004, p. 38)

Como o Plano Marshall era oferecido a todos os aliados, era esperado que por uma questão ideológica e principalmente de credibilidade do conceito de “plano para todos os aliados”, que este fosse estendido também à União Soviética. Claro que, se para credibilidade do plano era necessário oferecê-lo aos comunistas, era considerado essencial para os EUA que a União Soviética não aceitasse o pacote de ajuda oferecido, pois o Plano Marshall na verdade se resumia a um pacote anticomunismo e não faria sentido que dinheiro fosse enviado para o líder comunista em questão. Isso nos leva ao ponto abordado abaixo por Wallerstein (2004, p 44-45):

Desejavam realmente os Estados Unidos que a União Soviética aceitasse? (...)Seja como for, a União Soviética declinou de participar na proposta e certificou-se de que nenhum dos países na sua zona responderia favoravelmente. Isso foi bom para o governo dos Estados Unidos, por duas razões. Se a União Soviética tivesse entrado no plano, este ter-se-ia tornado dispendioso demais; além disso, o Congresso dos Estados Unidos nunca teria votado favoravelmente. O principal argumento que possibilitava o apoio parlamentar ao Plano Marshall era a necessidade de conter o comunismo. Portanto, o que estava de fato em curso? O auxílio do Plano Marshall era a outra face dos acordos de Yalta. A União Soviética era livre para estabelecer um bloco mercantilista dentro da economia-mundo, mas nesse caso não receberia qualquer ajuda econômica para sua reconstrução. Nenhuma interferência, mas também nenhuma ajuda.

A partir da recusa soviética, o Plano Marshall poderia ser desfrutado agora por todos os países que os EUA queriam realmente ajudar e que segundo Maffetti (1984, p. 26) isso só aconteceu devido a tensão entre os EUA e União Soviética:

O que salvou a insegura recuperação do pós-guerra não foram os acordos de Bretton Woods, mas a Guerra Fria – a qual resultou no Plano Marshall. Em 1945 teria sido inconcebível a aprovação do Congresso de uma grande dotação para financiar a reconstrução da Europa. No entanto, esse quadro se alterou com o desenvolvimento das tensões soviético-americanas.

O Plano Marshall era claramente apresentado como um plano anti-comunista que visava claramente conter o avanço comunista na Europa e assim conquistar mais rapidamente a posição de liderança hegemônica pelos americanos sobre o restante do mundo:

Em verdade, Truman apresentou o plano Marshall como essencial para evitar a dominação comunista na Europa. Ele explorou os conflitos nos regimes com apoio americano na Grécia e Turquia para expor o espectro da beligerância

soviética na Europa e, portanto, justificar um novo grande programa de ajuda aos aliados dos americanos. Em junho de 1947, o Secretário de Estado George Marshall anunciou o programa de recuperação da Europa, em sua palestra inaugural em Harvard. (MAFFETTI, 1984, p. 26)

Para se ter idéia do montante investido na reconstrução da Europa através do Plano Marshall, basta comparar que o Plano Marshall entre 1948 e 1952 gastou quatro vezes mais do que os recursos emprestados pelo FMI e Banco Mundial no mesmo período, conforme abaixo:

Durante a curta experiência do plano Marshall, os Estados Unidos enviaram mais recursos ao exterior do que o Banco Mundial e o FMI seriam capazes de enviar juntos. De meados de 1948 até 1952, o plano Marshall proveu mais de US\$ 12 bilhões em empréstimos e concessões à Europa e ao Japão. Em contraste, o FMI e o Banco Mundial, juntos, gastaram, no mesmo período, menos de US\$ 3 bilhões. (MAFFETTI, 1984, p. 26)

3.5 O ACORDO GERAL DE TARIFAS E PREÇOS (GATT)

Para dar continuidade ao desenvolvimento de alternativas para o desenvolvimento mundial, os Estados Unidos buscaram forças de reduzir os obstáculos ao comércio internacional e em consequência disso, nasceu a proposta de um sistema regulador das relações comerciais a fim de evitar o protecionismo e buscar maior abertura comercial aos demais países, conforme Jakobsen (2005, p. 31):

Em 1943, uma comissão anglo-americana de alto nível havia se reunido nos Estados Unidos e apresentou um documento chamado “Propostas para a expansão do comércio mundial e emprego”. Este texto serviu de base para as reuniões preparatórias da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Emprego de 1946, realizada em Havana, que pretendia criar a Organização Internacional do Comércio (OIC).

A influência da política estadunidense – em especial do partido conservador republicano – foi suficiente para sufocar a idéia da proposta pretendida por entender que era muito liberal e que iria significar em uma instituição mundial que estaria acima de todos os Estados, com função de determinar as regras do comércio internacional e ainda teria poder para fiscalizar os Estados, conforme percebemos abaixo:

Os Estados Unidos participaram ativamente das discussões preparatórias e da elaboração da Carta Internacional de Comércio, a “Carta de Havana”, mas o presidente Truman, percebendo que havia forte oposição no Senado à proposta, não a encaminhou para ratificação. De fato, o Congresso norte-americano era majoritariamente republicano, partido tradicionalmente contrário ao livre-comércio e pouco interessado em ratificar as resoluções da Conferência, particularmente a criação de uma instituição que determinaria regras para o comércio mundial, inclusive dos Estados Unidos, e ainda por cima as fiscalizaria! (JAKOBSEN, 2005, p. 32)

Dessa forma, sem a participação dos Estados Unidos estava condenada ao fracasso a aprovação da Organização Internacional do Comércio e o que se verificou a seguir foi uma solução paliativa que permitisse ao menos delinear algumas regras básicas para o comércio internacional constantes na “Carta de Havana”, mas sem nenhum tipo de controle ou gerenciamento e essa era evidentemente a estratégia dos Estados Unidos, como observado a seguir:

A solução encontrada foi aproveitar apenas alguns princípios, mecanismos e regras de regulamentação do comércio mundial previstos na Carta de Havana para elaborar um tratado internacional, sem criar uma estrutura fixa e permanente para coordenar as políticas de comércio mundial até que a Carta viesse a ser ratificada, o que nunca ocorreu. Dessa forma, realizar-se-iam reuniões periódicas dos aderentes ao tratado, para deliberar sobre as regras comerciais. Este tratado gerou, em 1947, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement of Trade and Tariffs – GATT), que entrou em vigor em maio de 1948. Em seu preâmbulo, propunha-se a promover “um comércio mais livre e mais justo”, mediante redução de tarifas, eliminação de barreiras não-tarifárias, abolição de práticas de concorrência desleal, aplicação e controle dos acordos comerciais e arbitragem dos contenciosos comerciais. (JAKOBSEN, 2005, p. 32)

Claro que isso significou muito pouco em relação à proposta inicial logicamente defendida pelos países em desenvolvimento e também significava a rejeição imediata aos conceitos de Keynes para o desenvolvimento do comércio mundial que poderiam ser entendidos como :

(...) promover o crescimento da renda real e a demanda efetiva em escala mundial; promover o desenvolvimento econômico, particularmente dos países não-industrializados; e garantir acesso e igualdade de termos e produtos e mercados para todos os países, levando-se em conta as necessidades de promover o desenvolvimento econômico. (JAKOBSEN, 2005, p. 32-33)

O acordo na verdade proporcionava uma normatização do comércio internacional e foi ratificado por 23 países, sendo importante a parcela de países em desenvolvimento signatários – quase a metade – sendo: Brasil, Birmânia (atual Myanmar), Ceilão (atual Sri Lanka), Chile, China, Cuba, Índia, Líbano, Paquistão, Rodésia (atual Zimbábwe) e Síria. A representatividade dos países da América Latina e Caribe até 1979 era de 8 países (Baumann, 2004).

Existem três princípios do GATT que merecem especial atenção e serviram de base para que o tratado pudesse colaborar para o desenvolvimento de um comércio internacional “mais livre e mais justo”, conforme abordados por Jakobsen (2005, p. 32) mas cada um dos princípios – a não discriminação, cláusula da nação menos favorecida

e do tratamento nacional; a redução geral de tarifas e; proibição de restrições quantitativas - acompanhados de exceções que poderiam em suma, invalidá-los:

- 1) A não discriminação, que se baseia em duas cláusulas fundamentais: a da nação mais favorecida e a cláusula do tratamento nacional, que estabelece igualdade de tratamento entre produtos nacionais e importados.
- 2) A redução geral e progressiva das tarifas. Esta deve ocorrer em bases recíprocas e pode ocorrer por intermédio de negociações produto a produto, redução linear ou pela harmonização dos direitos aplicados nos diferentes países. São os chamados direitos de aduana.
- 3) Proibição de restrições quantitativas (cotas) às importações, dumping e subsídios às exportações.

Importante notar que para cada princípio do GATT foram criadas exceções, conforme abaixo:

Foram previstas exceções a cada um desses princípios do GATT, da seguinte forma:

- 1) O Artigo 24 autoriza a criação de zonas de livre-comércio ou uniões aduaneiras, no interior das quais as partes contratantes podem reduzir suas tarifas ou conceder outros benefícios sem a necessidade de oferecê-los também a outros países.
- 2) O Artigo 19 introduziu a chamada “cláusula de salvaguarda”, que autoriza o estabelecimento de barreiras tarifárias para proteger setores produtivos nacionais que se encontrem ameaçados.
- 3) O Artigo 12 autoriza a aplicação de restrições quantitativas às importações quando a balança de pagamentos acusa um déficit elevado, desde que as restrições ou cotas sejam suspensas quando a situação se normalizar. Também são aceitas para limitar a importação de excedentes agrícolas ou quando os países em desenvolvimento julgassem que poderiam favorecer à substituição de importações em determinados setores (JAKOBSEN, 2005, p. 32)

Claro que a criação do GATT foi um passo muito importante por dar início ao estabelecimento das regras para o comércio internacional, mas estava longe de ser o organismo supragovernamental de alcance universal que foi projetado para ser criado com a Carta de Havana - a Organização Internacional do Comércio.

Importante notar que a forma como o GATT foi aprovado interessava diretamente a dinâmica protecionista dos Estados Unidos. Apesar de defenderem a lógica do livre-comércio e pelo menos na retórica primar pelas relações comerciais internacionais – com clara preferência nas bilaterais - era evidente que mesmo com o GATT imperaria a força do Estado mais forte sobre o Estado menos desenvolvido.

Mesmo com todas as regras de não-discriminação criadas no GATT, redução gradual de tarifas e do fim das restrições quantitativas, ainda assim era interessante ao líder hegemônico mundial pelas oportunidades crescentes de comércio. Importante lembrar que facilitava o fato de o GATT ter sido criado com várias exceções e também em último caso o fato de o mesmo não ter poder fiscalizador e nem punitivo.

Através do GATT e das diversas rodadas de negociação a partir dele, foi possível que acontecessem redução de barreiras ao comércio e que se mostraram de certo modo eficientes para o crescimento de algumas economias e para o desenvolvimento das relações internacionais até a criação da OMC em 1994.

Pode-se concluir que o GATT foi algo modesto em comparação com o projeto original da Organização Internacional do Comércio, mas que serviu como instrumento da liderança hegemônica estadunidense para liberalizar o comércio mundial, mesmo que parcialmente em sua fase inicial. Claro que no papel de potência hegemônica, predominou a unilateralidade americana no comércio mundial com a implantação do GATT, mas é evidente que o GATT serviu como base para a formação da OMC anos depois e das evoluções que viriam a partir dela.

3.6 O PAPEL DA HEGEMONIA NOS 25 ANOS GLORIOSOS

“Você nunca esteve tão bem.”

- (Slogan de um primeiro ministro conservador britânico que venceu a eleição geral em 1959)

Resta claro que o período conhecido como “os 25 anos de ouro do capitalismo” não foi isento de contradições e conflitos, alguns bem conhecidos como a Guerra do Vietnã, Guerra da Coreia, entre outros, mas esse período precisa ser analisado à luz de uma bipolaridade hegemônica e da necessidade estadunidense de se firmar como única liderança hegemônica mundial. Segundo Gramsci, faz parte do processo natural que a conquista da hegemonia passe pela existência de contradições (ANGELI, 1998, 33):

Na formulação da ação política, as contradições se objetivam e permitem pensar uma nova fórmula que supere as ações anteriores. As contradições objetivas desenvolveram e evidenciaram a essência do marxismo gramsciano. Gramsci insiste em afirmar que as ações políticas são contradições da vida social insanáveis, pois estão presentes na estrutura da sociedade, podendo levar a maturação e exploração de crises revolucionárias.

O papel da hegemonia estadunidense deu especial atenção a imagem que se consolidaria ao mundo após a tomada definitiva da liderança hegemônica mundial e todas as movimentações americanas no tabuleiro global faziam parte de uma busca do bem comum, onde ao final seria importante que o mundo entendesse que fosse:

Tudo em nome das boas intenções de se construir uma paz duradoura e um mundo sem guerras. (FIORI, 1999, p. 179)

O modelo de produção e acumulação de capital estava todo baseado no fordismo que dessa forma inaugura uma forma produtiva que se tornou a base da hegemonia estadunidense. O fordismo foi exportado ao mundo todo como a receita de sucesso que os países deveriam “copiar” a fim de alcançar o crescimento econômico e o papel de destaque no cenário mundial, conforme explora Mead (2006, p. 58):

O fordismo deu aos Estados Unidos o argumento convincente de que o capitalismo era melhor que o comunismo como caminho para a paz mundial. Desde 1945, não houve guerras entre os grandes países capitalistas; os conflitos internacionais passaram do centro para a periferia do mundo capitalista, com guerras travadas tanto contra a expansão comunista (por exemplo, os confrontos na Coreia e no Vietnã), entre países em desenvolvimento, ou contra Estados parias periféricos como o Iraque. Além disso, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, calamidades como o fascismo e a autocracia deixaram de atormentar os principais países capitalistas. A longa e próspera paz democrática na Europa após 1945 foi um argumento poderoso a favor do estabelecimento do sistema-norte americano nos locais onde os povos sofreram durante 30 anos os horrores causados pelas duas grandes guerras (de 1914 a 1945). Os Estados Unidos, em meados do século XX, apresentaram uma visão de história que podemos chamar de doutrina da convergência harmônica. Descendente do Iluminismo europeu e dizendo-se capaz de concretizar suas esperanças, o conceito de convergência harmônica se identificou com as idéias marxistas de progresso e repercutiu o otimismo norte-americano tradicional. A nova doutrina foi a força propulsora do capitalismo em sua guerra ideológica contra o comunismo, além de ser um elemento-chave para conquista do consentimento mundial a favor do sistema norte-americano.

O modelo fordista aliado ao conceito da convergência harmônica que incutia elementos marxistas como a política do bem estar social mas agora aliada ao desenvolvimento econômico que busca a educação e enriquecimento dos trabalhadores. Dessa forma, o conceito marxista da exploração do capital acaba sendo deixado de lado com implantação de um sistema que mantém um ciclo de riqueza que venha a garantir o padrão de vida das massas, conforme abaixo:

As idéias da convergência harmônica são relativamente simples e para muitos suas conseqüências permanecem atrativas. O capitalismo desperta padrões de vida ao promover o crescimento tecnológico e o uso eficiente de recursos. Com o tempo, o ambiente permite a criação da abundância social para a educação universal e da riqueza das massas. À medida que a educação é difundida, a superstição e a intolerância diminuem. Uma força de trabalho instruída é mais produtiva; um ciclo benigno de aumento da produtividade e dos padrões de vida garante à sociedade a riqueza necessária para estabelecer Estados de bem-estar social ainda mais abundantes sem privar os ricos do sucesso dos incentivos, que, assim, continuam investindo e produzindo. O comércio, ao impulsionar o contato entre diferentes nações, incentiva a cultura cosmopolita das sociedades; a propagação das democracias torna o mundo mais pacífico e culturalmente homogêneo. (Mead, 2006, 58-59)

Assim, bastava multiplicar o modelo fordista ao mundo de forma a garantir um fluxo de crescimento contínuo que possa melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores – ao mesmo tempo em que enriquece mais ainda os proprietários – mas

que também traz paz, segurança, educação e desenvolvimento para o Estado como um todo. Aqui está a base para as regras gerais do desenvolvimento mundial que viriam após a Segunda Guerra - que visavam legitimar a hegemonia estadunidense no mundo – e a seguir pretendo quantificar os chamados “anos dourados do capitalismo”.

A eficiência da política externa estadunidense como foco em uma visão de resultados práticos a fim de assumir ao papel de líder hegemônico mundial foram o segredo do sucesso americano que galgou passo a passo em direção a conquista do resultado final, conforme podemos perceber abaixo:

Quando se examinam os movimentos principais da política internacional do fim do conflito em meados de 1947, não se pode deixar de concluir que estes eram baseados nessa visão. Assim ocorreu com a constituição da ONU e a forma como se estabeleceu o poder decisório na instituição, assim com a criação do FMI, e da mesma forma com a definição das políticas americanas em relação à Alemanha e ao Japão. Em particular, as “regras do jogo” estabelecidas em Bretton Woods – com o estabelecimento de um padrão-ouro-divisas baseado no dólar e de um sistema de taxas de câmbio fixas, sem possibilidade de grandes variações na relação entre as moedas (ou entre essas e o outro) – teriam sido fatais para qualquer projeto de reconstrução do mundo em dois blocos e a Guerra Fria passaram a ser parâmetros determinantes da política americana. A proclamação da doutrina Truman, a exclusão dos comunistas de governos de coalizão na França e na Itália e o anúncio do Plano Marshall – tudo em um espaço de tempo que vai de março a junho de 1947 – são as manifestações mais claras dessa reorientação. E com ela, a revisão dos papéis destinados à Alemanha e ao Japão, os incentivos à integração europeia, a permissão para desvalorização maciça das moedas europeias e japonesa e a aceitação da prioridade do comércio intra-europeu, em detrimento da importação de produtos americanos (FIORI, 1999, p 179-180).

Sem dúvida, um dos setores mais beneficiados e que recebeu especial atenção no pós-Segunda Guerra foi o setor produtivo – em grande parte pela incorporação do modelo fordista – o que trouxe um desenvolvimento econômico essencial nas nações aliadas. Podemos perceber que isso se deu em grande parte a corrida armamentista, ao afrouxamento dos controles e a liberalização do crédito, onde houve um aumento de 40% no volume se analisarmos a produção industrial, agrícola e mineral juntas. Para entender melhor, na França o crescimento foi considerado baixo pois foi de apenas 18% entre 1929 a 1954, enquanto na Inglaterra foi de 60%, na Itália foi de 70%, 86% na Alemanha, 99% na Holanda e 111% nos Estados Unidos (CROUZET, 1996).

Importante salientar que as indústrias metalúrgicas e as indústrias químicas – com especial papel do petróleo - que mais progrediram e que eram mais rentáveis no pós-segunda guerra e a agricultura, de modo geral recuperou os níveis pré-guerra em 1949 (quando cresceu 10% de 1945 a 1949) e teve um progresso mais lento: 7% de 1950 a 1952 e 2% de 1952 a 1953, deixando claro a migração da população rural para os novos centros urbanos industriais em pleno desenvolvimento e também a preferência por investimentos em outros setores da economia (CROUZET, 1996).

No Japão, importante ressaltar a reforma agrária que os Estados Unidos impuseram a eles em 1946 (CROUZET, 1996), com objetivo de dar acesso à terra para os agricultores e dessa forma garantiu que em 1949, 70% dos lavradores tivessem acesso à terra contra 36,5% em 1945 com um resultado de 82% do solo cultivado em 1949 contra 54,2% em 1945. Também é importante notar que após esse período, os Estados Unidos investiram fortemente na indústria japonesa:

Com que rapidez a economia japonesa teria se recuperado se os EUA não tivessem se dedicado a fazer do Japão a base industrial para a Guerra da Coreia e depois a do Vietnã em 1965? Os EUA financiaram a duplicação da produção de manufaturas do Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês – não menos que 16% ao ano. O papel da Guerra Fria, portanto, não pode ser subestimado, mesmo que a longo prazo o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos fosse prejudicial. (HOBSBAWN, 1995, p. 270-271)

O crescimento do emprego no pós-Segunda Guerra apontado por Crouzet (1996) foi em 1948 cerca de 30% na Alemanha Ocidental, 20% no Reino Unido, 15% na França, e 5% na Itália comparando com 1938 e com grande concentração de trabalhadores nas indústrias mecânicas. Dessa forma, o desemprego nos países industriais desapareceu e o Reino Unido chegou a sofrer escassez de mão-de-obra e apesar da forte atuação norte-americana para manter o pleno emprego, alguns países tiveram altas taxas de desemprego – Bélgica e Alemanha – até 1954 e outros como a Itália se depararam com um índice de desemprego até maior do que o de 1938.

Levando em consideração uma análise ao crescimento dos salários nesse período, podemos observar que houve grande e constante crescimento nos salários americanos – principalmente dos mais pobres - do pós-segunda guerra, conforme podemos observar abaixo:

(...)entre 1949 e 1979, as rendas dos 80 por cento de mais pobres cresciam mais depressa que as rendas do 1 por cento de mais ricos, e as do 20 por cento de mais pobres eram as que mais cresciam. Entre 1955 e 1980, na época das proteções sociais do New Deal e do imposto de renda com altas alíquotas marginais, (até 90 por cento nos anos cinquenta e 70 por cento em 1980), a classe média se expandiu rapidamente, a desigualdade de renda diminuiu e as empresas viveram um período de paz sindical. (PIETERSE, 2009, p. 65-66)

O desenvolvimento era percebido também em outros países e o crescimento de salários não ocorreu somente dentro dos Estados Unidos. Podemos verificar aumento dos salários nos principais países conforme apontado por Beaud (1990, p. 287):

O salário-hora per capita aumentou 7,9% ao ano no Japão entre 1955-1975, 6% na República Federal da Alemanha durante os anos 50 e 2,8% por ano na

Inglaterra entre 1949 e 1971. Na França, o salário real semanal aumentou em média 4% ao ano de 1949 a 1973.

Assim sendo, o comércio mundial – mesmo com controles, regulamentações monetárias e tarifas aduaneiras – cresceu 50% em comparação ao nível de 1948 e em 60% se comparado ao nível de 1938. (CROUZET, 1996)

A esse crescimento no comércio mundial apontado abaixo por Hobsbawn (1995, p. 271-272) é que podemos notar a grande contribuição dos Estados Unidos ao desenvolvimento e crescimento de um comércio internacional que se tornaria a tônica da dimensão econômica que o mundo iria seguir fortemente após a Segunda Guerra:

Contudo, a economia mundial na Era de Ouro continuou sendo mais internacional que transnacional. Os países comerciavam uns com os outros em medida cada vez maior. Mesmo os EUA, que tinham sido em grande parte auto-suficientes antes da Segunda Guerra Mundial, quadruplicaram suas exportações para o resto do mundo entre 1950 e 1970, mas também se tornaram um maciço importador de bens de consumo a partir do final da década de 1950. Em fins da década de 1960, começaram até a importar automóveis (Block, 1977, p. 145). Contudo, embora as economias industriais comprassem e vendessem cada vez mais suas respectivas produções, o grosso de suas atividades econômicas continuou centrado no mercado interno. No auge da Era de Ouro, os EUA exportaram apenas pouco menos de 8% de seu PIB, e, mais surpreendente, o Japão, tão voltado para a exportação, só um pouco mais.

Devemos dar a importância aos números em decorrência dessa explosão de modelo da economia americana aos níveis mundiais, conforme percebido por PERRY (1995, p. 259):

Se se pode medir o aumento da riqueza na sociedade ocidental pelo número de carros particulares – dos 750 mil da Itália em 1938 para os 15 milhões, no mesmo país, em 1975 (Rostow, 1978, p. 212; UN Statistical Yearbook, 1982, tabela 175, p. 960) -, podia-se reconhecer o desenvolvimento econômico de muitos países do Terceiro Mundo pelo aumento do número de caminhões. (...) O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada junk food (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). (...) Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões (US Historical Statistics, vol I, p. 403). Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália (Stat. Jahrbuch, 1990, p. 262). O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara.

Nesse ponto é importante aproveitar a lista de produtos que foram frutos da novidade tecnológica para ressaltar a importância da hegemonia estadunidense no desenvolvimento da cultura de consumo realmente foi assimilada pela sociedade mundial, onde o produto novo não só assumia a idéia de ser melhor do que o anterior, mas também de ser algo realmente revolucionário, lista esta que segundo Hobsbawn (1995, p. 261), é interminável, e:

não exige comentário: televisão, discos de vinil (os LPs surgiram em 1948), seguidos de fitas (as fitas cassetes surgiram na década de 1960) e dos compact discs; pequenos rádios portáteis transistorizados – este autor recebeu o seu primeiro de presente de um amigo japonês em fins da década de 1950 -, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo.

Claro que é fundamental ressaltar a importância do papel da hegemonia estadunidense para a América Latina, onde também trouxe dividendos, mas devido estar geograficamente longe das zonas de influência da Guerra Fria, só conseguiu chamar a atenção dos Estados Unidos após a Revolução Cubana, conforme citado por FIORI (1999, p. 135-136):

Distante as áreas mais quentes da Guerra Fria, as condições externas para a região eram bem menos favoráveis ao prosseguimento da industrialização. Na América Latina não houve nenhum Plano Marshall nem projeto de construção de economia regional apoiado pela ajuda e por acesso privilegiado aos mercados dos EUA. A ajuda externa só começa com a Aliança para o Progresso, depois do “susto” da revolução cubana e mesmo assim em quantidades insuficientes para as necessidades dos países maiores. Assim, o financiamento externo para a região tornou-se muito dependente da expansão do investimentos direto das multinacionais americanas e européias. Como este de encontrava em setores voltados para o mercado interno, acabaram tendo (como apontavam Prebish, 1964 e Kalecki, 1972) um efeito líquido negativo em termos de divisas. O crescimento da capacidade de importar ficou assim fortemente dependente da performance exportadora de cada país, que ainda teve de enfrentar o protecionismo dos países centrais.

De forma prática, o Brasil foi o grande beneficiado latino-americano pelas políticas externas adotadas pelos EUA com crescimento registrado nos anos 50 e 60, ainda citando FIORI (1999, p. 136):

Na década seguinte, a expansão dos investimentos diretos e, a partir de meados dos anos 60, a exportação de manufaturas diferenciaram o Brasil no contexto regional. A economia brasileira, além de ter registrado taxas de crescimento muito mais elevadas tanto nos anos 50 quanto nos anos 60 (...) Assim, na segunda metade dos anos 60, o Brasil iniciava um rápido processo de diversificação das exportações em direção a produtos manufaturados, da mesma forma que fizeram, nesse mesmo momento, a Coreia do Sul e o Taiwan (ainda que em contextos regionais bastante diversos).

Pode-se afirmar que as políticas norte-americanas ajudaram a proporcionar o crescimento econômico que acontecia na América Latina como podemos notar abaixo:

O PIB latino-americano teve crescimento médio anual de 5,5% na década de 1960 e de 5,6% na de 1970, mas nossa participação no comércio mundial caiu de 7,7% em 1960 para 5,5% em 1970 e 1980, embora nossas exportações tivessem crescido 3,6 vezes mais do que o PIB na década de 1970. A pauta exportadora já mostrava uma presença mais significativa de manufaturados, notadamente a dos principais países (FIORI, 1999, p. 294)

Claro que pesou na estratégia estadunidense alguns fatores importantes em relação ao Brasil: o tamanho geográfico, sua posição estratégica na América do Sul e o poder de barganha da política exterior que usou do jogo de poder, de forma a permitiu gozar de benefícios para implementação da infra-estrutura básica e formação do parque industrial brasileiro na era JK pela contribuição americana que não poderia correr risco de perder o Brasil como zona de influência:

O Brasil beneficiou-se dessa rivalidade para atrair e negociar a entrada de investimentos estrangeiros em condições favoráveis, notadamente durante o ciclo expansivo 1956 – 1960 sob o governo do presidente Kubitschek. Investimentos diretos externos em setores dinâmicos (automobilística, mecânica, material elétrico) contribuíram decisivamente para modificar o perfil da indústria brasileira e para concretizar um importante salto no processo de industrialização, viabilizado pelos investimentos públicos e estatais em infra-estrutura e em indústrias de base. (FIORI, 1999, p. 355)

Dessa forma, a atuação dos Estados Unidos como potência hegemônica contribuiu indubitavelmente para o desenvolvimento do mundo como um todo, mas algumas contradições existiam:

Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular – o número de africanos, leste-asiáticos e sul-asiáticos mais que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda (World Resources, 1986, p. 11). As décadas de 1970 e 1980 mais uma vez se familiarizaram com a fome endêmica, com a imagem clássica, a criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do Ocidente. Durante as décadas douradas não houve fome endêmica, a não ser como produto de guerras e loucura política, como na China. Na verdade, à medida que a população se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média sete anos – e até dezessete anos, se compararmos o fim da década de 1930 com o fim da década de 1960 (Morawetz, 1977, p. 48). Isso significa que a produção em casa de alimentos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas quando em toda grande área do mundo não industrial. Na década de 1950, aumentou mais de 1% ao ano per capita em toda a região do “mundo em desenvolvimento”, com exceção da América Latina, e mesmo lá houve um aumento per capita, embora mais modesto. Na década de 1960, ainda cresceu em partes do mundo não

industrial, mas (mais uma vez com exceção da América Latina, agora à frente do resto) apenas ligeiramente. Apesar disso, a produção total de alimentos no mundo pobre, nas décadas de 1950 e 1960, aumentou mais rapidamente que no mundo desenvolvido. (HOBSBAWN, 1995, p. 255-256)

Mesmo assim, pode-se ressaltar que, de forma geral, o crescimento mundial era algo espantoso e nunca percebido de forma tão integrada como estava acontecendo nesse período. Dessa forma, foi evidente a contribuição dos Estados Unidos para todo o mundo, conforme observamos abaixo:

O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no "Terceiro Mundo". No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do "socialismo realmente existente", países predominantemente agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados "países em recente industrialização" (NICS em inglês) ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu o número de países dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações do resto do mundo. Com uma exceção (Nova Zelândia), todos estavam na África subsariana e na América Latina (FAO, 1989, anexo, tabela 11, pp. 149-51). A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes mais. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 – e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático. As indústrias de pesca mundial, enquanto isso, triplicaram suas capturas antes de voltar a cair (HOBSBAWN, 1995, p. 256-257).

Percebe-se que a atuação dos Estados Unidos como potência econômica no pós-Segunda Guerra foi capaz de trazer um boom de crescimento e desenvolvimento que alcançou todo o mundo debaixo da sua zona de influência.

Dessa forma, entende-se que mesmo com contradições, erros e conflitos, o papel da liderança hegemônica mundial exercido pelos Estados Unidos no período analisado foi quantitativamente e indubitavelmente vantajoso aos Estados que aderiram ao capitalismo e de forma justa, deve ser lembrado pela História como os 25 anos de ouro do Capitalismo.

4 A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE APÓS A GUERRA FRIA, 11 DE SETEMBRO E NOS DIAS ATUAIS

“No mundo pós-Guerra Fria, a convergência seria acelerada e as harmonias se aprofundariam; isso era o que a maioria dos norte americanos esperava. O que conseguiram foi o 11 de Setembro”

- Walter Russell Mead

A hegemonia estadunidense pode estar em questionamento hoje, mas não se pode entendê-la como ameaçada por algo novo que possa surgir ou pela substituição da grande potência por outra. É o que observa Teixeira (1994, p. 16):

Deve-se levar em consideração que a conquista da hegemonia pelos EUA se deu de forma tão profunda e duradoura que um eventual enfraquecimento de sua posição não aponta para a constituição de uma nova ordem mundial, nem para a formação de um novo pólo hegemônico, mas sim para um quadro geral de instabilidade e de crise hegemônica.

A missão messiânica que os Estados Unidos se propõe a assumir ao mundo lhes traz a responsabilidade de levar seu modelo de vida livre, democrática e próspera a todos os demais países do mundo.

Esse período pós-guerra fria gerou uma nova estratégia na política internacional, marcada infelizmente pelo fracasso tanto pelas Nações Unidas como pelos Estados Unidos de gerenciar o mundo de forma a cessar as guerras, mesmo entre os novos países territorial e soberanamente identificados.

Aqui se percebe claramente que a demonstração de vitória da ideologia ocidental pós-guerra fria não se mostrou suficiente para equilibrar os valores tradicionais das diferentes culturas – com atenção especial a cultura muçulmana ligada ao terrorismo fundamentalista extremista - que acabou por significar um risco real de desequilíbrio do poder global, derivando para uma nova perspectiva de convivência de conflitos entre o ocidente e o resto.

Dessa forma, a vitória da visão ocidental do sistema internacional sobre as demais civilizações não foi suficiente para levar o mundo a um plano de convivência não mais alimentado pela visão da segurança. Nem mesmo o fim da Guerra Fria não trouxe o esperado período de paz mundial pois a própria mentalidade norte-americana suplanta esse discurso pacifista com atitudes cada vez mais dentro do Realismo. Zbigniew Brzezinski (ano 1997 p. 37-38) que foi assessor do presidente Jimmy Carter, após o fim da Segunda Guerra defendia que agora não importava mais o inimigo mas sim a

continuação da supremacia, conforme citado por Conesa (2007, p.2) em referência ao livro *The Grand Chessboard* de Brzezinski:

Desde que o poder sem precedentes dos Estados Unidos está fadado ao declínio, a prioridade é controlar a emergência de novas potências mundiais para que não comprometam a supremacia americana.

Como veremos a seguir, a queda do muro de Berlim trouxe grande dificuldade e desordem nas análises das Relações Internacionais que insistiam que os EUA não deveriam baixar a guarda e não se permitir ingênuo a ponto de esperar colher rapidamente os resultados de uma paz mundial que ainda parecia distante e utópica.

4.1 A QUEDA DO MURO DE BERLIM E O INÍCIO DA NOVA ERA

A queda do muro de Berlim trouxe um elemento novo para as Relações Internacionais uma vez que os EUA se depararam com uma vitória da sua ideologia ocidental assim como de seus conceitos de economia liberal, democracia e seu modelo capitalista e agora precisavam desesperadamente exportar esses conceitos ao mundo.

A vitória acabou por trazer um resultado indesejado e também a dúvida quanto à assertividade do prognóstico esperado de paz mundial. Podemos entender esse fenômeno como reação adversa, pois a partir da queda do muro de Berlim e a conseqüente derrota do comunismo, o mundo agora não tinha uma bipolaridade e os EUA perdeu algo que depois iria fazer muita falta: um inimigo que era sim perigoso mas constante, coerente e até mesmo previsível da forma que lhes interessava como se pode observar na frase *“Nós vamos lhes fazer o pior dos favores, privá-los dos inimigos!”* dita pelo diplomata soviético Alexander Arbatov após a queda do Muro de Berlim conforme citado por Conesa (2007, s/d).

O inimigo soviético tinha todas as qualidades de um “bom” inimigo: sólido, constante e coerente. Certamente perturbador, mas conhecido e previsível.

Claro que o fim da bipolaridade mundial traria novos desafios, mas o maior deles parecia ser realmente esse grande dilema: como os EUA iriam se comportar diante do mundo sem um inimigo a altura e sem força alguma que pudesse lhe opor aos objetivos de dominação mundial e expansão de seu modelo capitalista.

No primeiro momento isso tudo parecia seguir de acordo com os interesses americanos de enfim conseguir impor sua hegemonia, mas a mudança na bipolaridade mundial da guerra fria provocou uma ruptura na condução da política internacional ao

ponto de que não existia consenso no prognóstico do que viria a seguir e se seria possível ou não uma nova era de paz mundial com a vitória dos “mocinhos”.

O principal dilema da inexistência de um inimigo declarado ou até mesmo dormente, não servia em nada para pudesse justificar a existência de tamanho poderio militar e tornaria cada vez mais difícil para os EUA fazer demonstrações de seu poder ao mundo ao redor de seu umbigo.

O que passou a acontecer foi que os EUA, que agora não tinham mais inimigos, começaram a investir no que podemos chamar de fetichismo tecnológico: o desenvolvimento das chamadas armas de precisão e buscar legitimar a guerra, argumentando que os danos colaterais de um novo possível ataque poderiam ser reduzidos e as mortes em número quase insignificante. O resultado disso era esperado como uma possível ciberguerra e novas técnicas de guerra como defesa antimísseis, transparência no campo de batalha, mas toda essa tecnologia acabou não alcançando seu maior propósito que era defender a nação mais poderosa e militarizada do mundo.

O novo desenho geopolítico somado a inexistência do discurso dualista entre capitalistas e comunistas, fez reacender velhos ódios e novas chamas entre cristãos e islâmicos. Estes agora se voltaram aos seus valores primitivos que acabaram desencadeando o renascimento do islamismo extremista e a retomada da coexistência inquieta no plano global do universalismo.

Cabe notar que existia um bom terreno - após a queda do Muro de Berlim - para que a única potência mundial, hegemônica na economia e na política, pudesse enfim lançar ao mundo uma nova ordem mundial, baseada na democracia, na economia de mercado e na deposição generalizada das armas.

Infelizmente o que se viu no mundo foi o surgimento de uma nova ordem do que Huntington (ano 1997) chamou de “Choque de Civilizações”, marcada principalmente pela administração de George W Bush.

Pode-se entender que esse “Choque de Civilizações” foi resultado da própria projeção inicial da implosão da ideologia comunista, do que seria o novo contexto geopolítico pós-guerra fria e a transformação do sistema internacional num modelo unipolar, onde a única superpotência hegemônica no mundo acabou por mostrar seus dentes impondo um processo de globalização econômica mundial sob as regras de seu modelo capitalista de livre mercado.

Aqui percebe-se o início de uma nova forma de imperialismo com a imposição dos valores da potência hegemônica ao mundo a sua volta, onde até mesmo sua democracia global acabou trazendo um novo tipo de ruptura, mas agora não mais no

espaço hostil entre potências hegemônicas, mas de forma muito mais ampla e complexa e de solução improvável pois a partir daí era globalizada. É aqui que repousa os valores da construção da teoria de Huntington onde não cessou a rivalidade das superpotências mas acabou sendo substituída pelo choque entre civilizações.

Pode-se usar esse conceito de Huntington (1997) para buscar entendimento no fato que nos cinco anos seguintes a queda do muro de Berlim, a palavra “genocídio” foi mais ouvida do que em qualquer outro período entre o fim da Segunda Guerra e o da Guerra Fria, o que de certa forma deixa mais ameaçada a ilusória percepção de uma nova ordem de paz mundial:

O momento de euforia no fim da Guerra Fria gerou uma ilusão de harmonia, que logo se viu não passar disso. O mundo ficou diferente no início dos anos 90, mas não necessariamente mais pacífico. As mudanças eram inevitáveis, o progresso não. Ilusões semelhantes ocorreram, por breves períodos, ao final de cada um dos outros grandes conflitos do século XX. A I Guerra Mundial foi ‘a guerra para acabar com todas as guerras’ e para tornar o mundo seguro para a democracia. A II Guerra Mundial, na colocação de Franklím Roosevelt, iria ‘por fim ao sistema de ações unilaterais, às alianças exclusivas, aos equilíbrios de poder e a todos os outros expedientes que tinham sido tentados durante séculos – e tinham fracassado sempre’. Em vez disso, teríamos ‘uma organização universal’ de ‘Nações amantes da paz’ e o começo de uma ‘estrutura permanente de paz’. No entanto, a I Guerra Mundial gerou o comunismo, o fascismo e a inversão de uma tendência de mais de um século rumo à democracia. A II Guerra Mundial produziu uma Guerra Fria que foi realmente global. A ilusão de harmonia no fim da Guerra Fria logo foi dissipada pela multiplicação de conflitos étnicos e de ‘limpeza étnica’, pela ruptura da lei e da ordem, pelo surgimento de novos padrões de alianças e conflitos entre os Estados, pelo ressurgimento de movimentos neocomunistas e neofascistas, pela intensificação do fundamentalismo religioso, pelo fim da ‘diplomacia de sorrisos’ e da ‘política do sim’ nas relações da Rússia com o Ocidente, pela incapacidade das Nações Unidas e dos Estados Unidos de acabarem com sangrentos conflitos locais e pela crescente disposição de afirmação de uma China emergente (HUNTINGTON, 1997).

Importante pontuar que apesar dos anos 90 terem sido um dejávu dos 25 anos gloriosos com uma expansão econômica sem precedentes, principalmente da economia americana e européia, os frutos desse capitalismo financeiro e tecnológico não entregou expansão e desenvolvimento às economias emergentes e nem atingiu aqueles pequenos e desprezados países onde a pobreza e a guerra são modo de vida permanente.

Aqui inicia-se a lógica da construção do inimigo que deve ser indicado e combatido, onde antes de tudo precisamos entender que preparar a agenda é estabelecer os termos do debate e foi exatamente a estratégia de expansão americana de espalhar bases militares pelo mundo que acabou por fazer crescer a hostilidade de muitos povos contra os Estados Unidos, alimentando guerras inúteis, fazendo com que o inimigo de tão imaginado, temido e comentado acabasse por se tornar real.

Não é possível deixar de dar atenção ao fato de que foi exatamente a política de migração das bases militares americanas pelo mundo que motivou Osama Bin Laden a planejar os ataques de 11 de setembro. No entendimento de Osama, ele era um combatente legítimo contra a existência de bases militares na Arábia Saudita, o que segundo ele era uma blasfêmia aos olhos muçulmanos.

4.2 O TERRORISMO GLOBAL E O 11/09

Foi exatamente nesse contexto do “choque de civilizações” de Huntington que o novo terrorismo extremista assume papel de novo ator internacional chamando a atenção do mundo e deixando a única superpotência mundial impotente e de joelhos diante de um ataque surpresa sem precedentes com seus próprios aviões comerciais pilotados por pessoas ligadas ao terrorismo.

Esse terrorismo global assumindo o papel de novo ator internacional iria acabar por conseguir algo até então impensável: deixar a maior potência hegemônica do mundo perplexa com um ataque em seu próprio território. Era 11 de Setembro de 2001 e esse dia entrou para a História como o dia em que os EUA mostraram que são muito mais frágeis do que o mundo imaginava e acabou por se inaugurar uma nova era da globalização do medo e da teologia do terror.

Cabia agora aos Estados Unidos, potência hegemônica, império mundial, dar resposta rápida e impactante para manter o mundo pós 11/09 alicerçado na doutrina realista, o que, segundo observou Safarti (2005) com base na doutrina de Lafeber:

(...) o 11 de setembro pode ter significado a vingança do Estado contra a globalização, à medida que os Estados Unidos, enquanto Estado, aproveitaram-se do evento para aumentar a sua autoridade interna (hierarquia) e marcar a sua força no mundo anárquico.

A reação americana aos ataques de 11/09 foi imediata e na dificuldade de se identificar a origem geográfica do agressor - pois nesse caso tinha característica transnacional – era preciso identificar rapidamente qualquer agressor no plano de fronteiras e soberanias, mesmo que isso tenha direcionado para uma indicação geográfica de países praticamente falidos, que dependiam do fundamentalismo extremista para sobreviver e manter sua base territorial como nação.

Interessante notar que o presidente George W Bush imediatamente após os atentados definiu uma guerra a dois conceitos: guerra ao terror e a proliferação nuclear. Devemos dar especial atenção ao fato de os EUA criou um eixo do mal formado por três

países – Irã, Iraque e Coréia do Norte – que não tinham nada a ver com os atentados de 11 de setembro e obviamente em seu discurso esqueceu propositalmente dos aliados que ajudam na proliferação nuclear – Israel, Paquistão e Índia - ou que tem ligações próximas ao governo americano como é o caso da Arábia Saudita.

Aqui começamos a compreender as variáveis que envolvem o problema e podemos ousar afirmar que o realismo perdeu sua capacidade de explicar os principais fenômenos na sua lógica de conjuntura da política exterior mundial com atribuição direcionada a ação de Estados, pois agora estávamos diante de um terrorismo mais global e generalizado do que os governantes americanos gostariam de reconhecer.

A queda das torres gêmeas trouxe velhos ódios e despertou novos preconceitos para a nação livre que começou a transformar o mundo em seu quintal de guerra particular. As velhas cruzadas estavam de volta, mas o prêmio a ser conquistado pelo país mais rico do mundo era somente reafirmar o seu controle militar e econômico no planeta que o rodeia.

É evidente que nesse período o presidente dos EUA nunca foi tão popular e tivesse apoio total do Congresso e até mesmo da população americana que parecia concordar com a visão do ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger que em seu artigo dizia que os autores do crime, seus protetores e aliados, deveriam pagar um preço “desproporcionalmente alto” pelo que haviam feito.

O atentado de 11/09 serviu para que George W. Bush pudesse ter legitimidade (pelo menos interna) para velhos acertos de contas com o Iraque e quem bem entendesse. Para melhor entender essa lógica é bom notar que no dia 13/09, o presidente Bush (Martins, 2002, p. 2) em entrevista coletiva afirmou que o Iraque era o próximo alvo da lista, depois do Afeganistão. “Não vou permitir que uma nação como o Iraque ameace o nosso futuro com armas de destruição de massa”, disse o presidente. Na seqüência da conversa, não descartou sequer o uso de armamento nuclear contra o país de Saddam Hussein: “Todas as opções estão sobre a mesa”.

Agora o choque de civilizações tinha se tornado uma guerra declarada entre a maior superpotência do mundo contra Afeganistão e Iraque - dois países que de tão marginais nem mesmo políticos americanos conseguiam encontrar no mapa – e acabou deixando um recado claro de que a única potência hegemônica do mundo não estava disposta a ser desafiada e muito menos deixar seu posto.

Claro que se lembrarmos dos capítulos anteriores mencionados neste estudo, não existe nada de novo na forma dos EUA conduzir sua política externa pois trata-se nada mais nada menos da velha conhecida Doutrina Monroe (“A América para os

americanos”), onde os EUA confundem as necessidades dos vizinhos com suas próprias razões e preferências, enxergando a História com a visão do seu próprio quintal.

Agora importante voltar um pouco para o messianismo americano que segundo Wallerstein (2004) mudou de escala agora que os terroristas de Osama acabaram por dar assento legítimo na Casa Branca a uma direita mais perigosa. Até mesmo que a da era Nixon, conforme comentário do economista brasileiro Paulo Singer citado por Martins (2002, p. 1). “Os atentados fortaleceram a direita mais alucinada”, diz o professor da PUC. “Nem o Nixon foi tão longe quanto Bush. É assustador.”

O terrorismo fundamentalista é, inegavelmente, um novo e destacado ator global que, como tal, precisa ser objeto de análise teórica no plano das Relações Internacionais, que diante da natureza anárquica do sistema internacional parece constituir-se do palco apropriado para a sua proliferação.

Fica evidente que a reação militar americana a agressão deste terror fundamentalista demonstrava que os EUA estavam aptos a dar uma resposta armada aos países que ousassem desafiá-los e que tinham poderio bélico de sobra para isso - como veremos mais a frente - lembrando que no ano de 2001 esse poder todo estava nas mãos de um presidente que não pensou duas vezes em utilizá-lo como bem mencionado por Mead (2006, p. 137-138).

Também é preciso entender que os norte-americanos vão reagir a provocações, como as dos 11 de Setembro, por meio do uso da força maciça e esmagadora. Ou seja, aqueles que não suportam os norte-americanos, devem no mínimo, aprender a temer os Estados Unidos. A força permanente é um elemento importante das relações internacionais; os inimigos dos Estados Unidos precisam estar cientes de que o país possui mais forças que as outras potências e, sob as devidas circunstâncias, vão utilizá-la.

A estratégia de guerra ao terror precisava ser desenhada e a lição que seria vendida ao mundo passava por métodos clássicos: a hipertrofia da ameaça, a irracionalidade do adversário e sua selvageria. Além disso, bastava acrescentar um pouco de segredo e conspiração, a demonização e um pouco do velho vocabulário da Guerra Fria para que a receita da “bomba” ficasse pré-cozida em poucos minutos.

Bush fez isso com maestria quando se apoderou dos conceitos guerra ao terror e eixo do mal e conseguiu aprovação máxima dos americanos espalhando terror e medo e obviamente se apresentando como o salvador – ou vingador – do povo americano diante da comoção nacional.

Pode-se ainda explorar outra teoria para explicar essa nova guerra: a “Estratégia do forte e do louco” de François de Rose citado por Conesa (2001, p. 1). Essa teoria foi

usada para implementação da tese de proliferação nuclear de acordo com os interesses dos EUA. Alguns países que desejavam possuir armas nucleares são descritos como “loucos” (Irã e Coreia do Norte), ao contrário dos Estados “amigos” (Israel e Paquistão), que no final serviram de espantalhos para explicar as ameaças. Essa teoria foi usada também no caso do Iraque, que serviu perfeitamente aos interesses hegemônicos se tornando um bode expiatório onde brotaram falsos relatórios de inteligência americanos e britânicos que serviram para legitimar um ataque contra uma inexistente fábrica de armas de destruição em massa.

4.3 O PODERIO MILITAR AMERICANO

Busco agora expor um pouco do tamanho do poderio militar dos EUA e uma tentativa de comparação do mesmo com o restante das potências do mundo, mas tarefa essa que é totalmente dispensável, pois após o fim da Guerra Fria existia somente uma potência hegemônica no mundo.

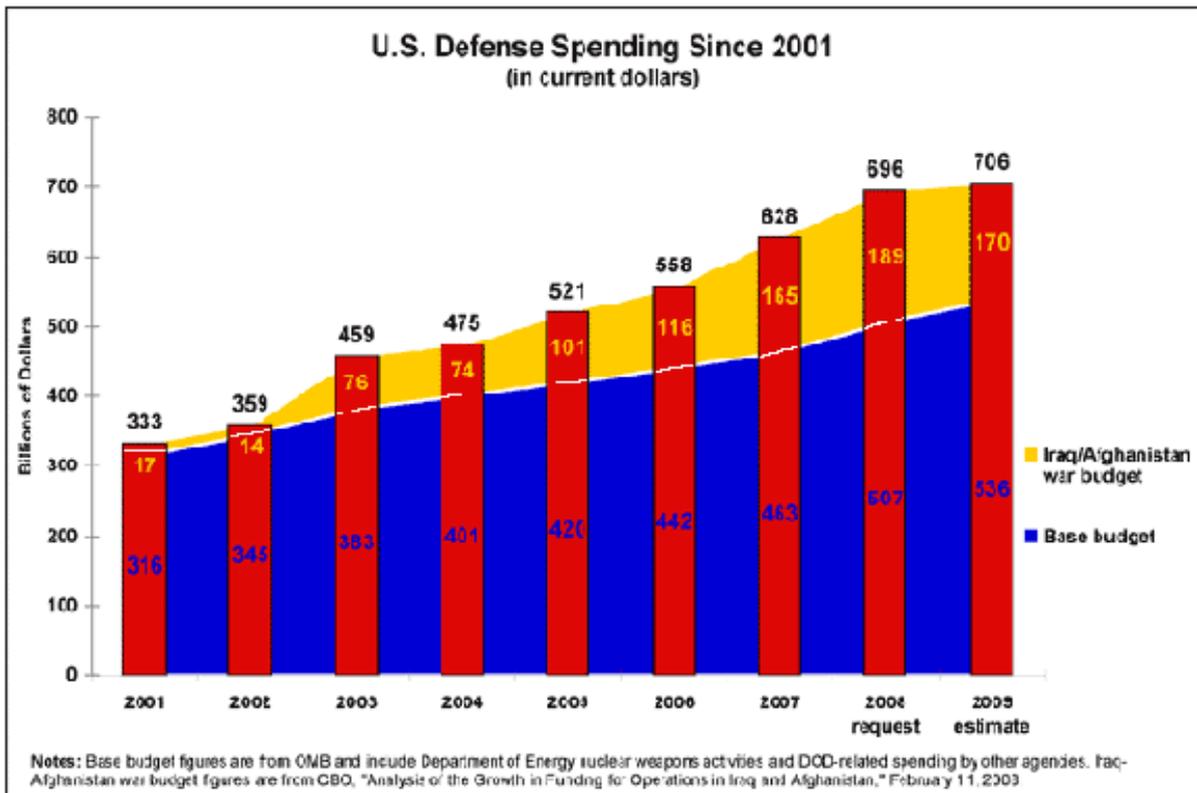
“O Mundo em chamas” documentário de 1940 citado por Quiumento (2011, p. 1) apresenta um alerta onde os EUA deveriam se prevenir contra agressões das nações fascistas e o recado ao final do filme é algo como: “...para cada homem que armarem, armaremos dez. Para cada blindado que fabricarem, fabricaremos dez. Para cada couraçado que construírem, construiremos dois.” e podemos perceber que a “profecia” acabou se cumprindo mas em uma proporção bem maior do que se dizia em 1940.

4.3.1 Orçamento e Economia

Abaixo podemos observar o orçamento do Ministério de Defesa americano desde 2001.

Tomando como base o orçamento da defesa dos EUA para o ano de 2009 considerando todos os gastos militares, defesa antiterrorismo, administração e pessoal o valor estimado era US\$ 786 bilhões, sendo US\$583 bilhões separados para os gastos com as forças armadas.

Em 2010, o valor de US\$533,8 bilhões era o orçamento base do Departamento de Defesa, mas que após adicionado operações de "contingência além mar", atingiu a soma de US\$ 663,8 bilhões.



Fonte: <http://knol.google.com/k/poder-militar-dos-eua#>

Em 28 de outubro de 2009 o orçamento foi enfim transformado em lei e seu tamanho final atingia US\$ 680 bilhões, US\$ 16 bilhões a mais do que tinha sido negociado por Obama. Um adicional de US\$ 37 bilhões foi disponibilizado às guerras no Iraque e Afeganistão, mas só foi aprovado na primavera de 2010.

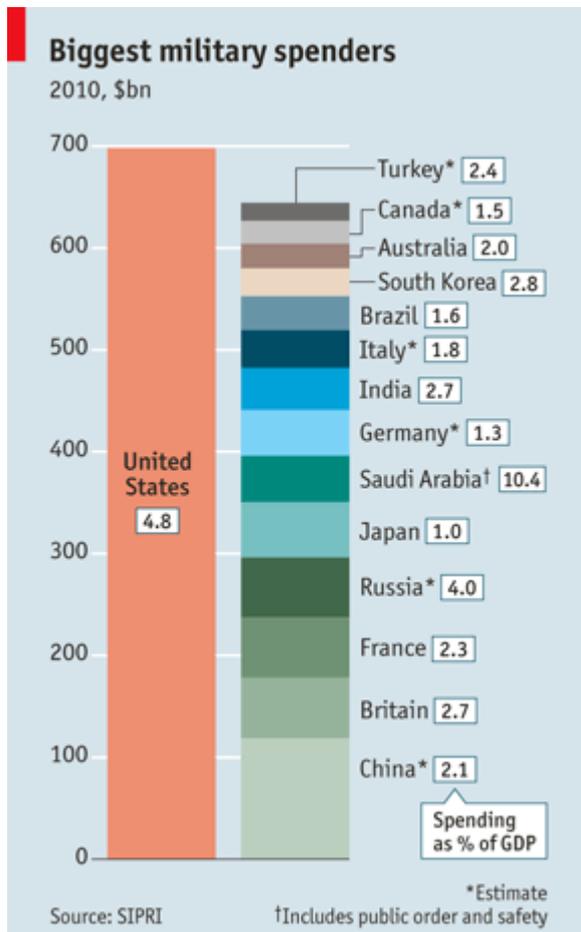
As verbas do Departamento de Defesa relacionadas somente a defesas externas constituem entre US\$ 216 e 361 bilhões em despesas adicionais, elevando o total das despesas com defesa para algo entre US\$ 880 bilhões e US\$ 1,03 trilhões no ano fiscal de 2010.

Um gasto militar destes não é comparável com nenhum outro país do mundo e colocam os EUA em primeiríssimo lugar as nações do mundo que mais gastam com orçamentos militares.

Se considerarmos somente 2003 e os gastos diretos de 400 bilhões dos EUA, nós já teríamos a equivalência com a soma dos orçamentos de defesa de todos os demais 192 países então existentes no mundo.

Em 2006, os gastos militares dos EUA representavam 46% dos gastos militares do mundo. Apesar do montante muitas vezes superior aos demais, o orçamento militar americano é relativamente pequeno em proporção ao seu PIB de 14,3 trilhões de

dólares, o que corresponde a aproximadamente 4% deste, o que o deixa na confortável posição de 28º entre 173 nações em gastos estimados para 2005.



Fonte: <http://www.economist.com/blogs/dailychart/2011/06/military-spending?fsrc=scn/tw/te/dc/defencecosts>

O gráfico acima nos dá uma idéia quantitativa do tamanho da potência militar dos Estados Unidos no ano de 2010 em comparação aos demais países.

Note-se que todos os demais países juntos contam com orçamento militar bem inferior ao dos EUA. Mesmo com esse valor gigantesco é curioso destacar que esse investimento trata de apenas 4,8% da proporção do PIB americano.

É evidente que a imagem acima reforça e explica por que boa parte do mundo percebe o governo americano como a “polícia do mundo”, tanto para o bem quanto para o mal.

4.3.2 Presença no Mundo

Sem dúvida outro ponto que expressa a força hegemônica dos EUA no mundo é a forte presença de suas forças armadas em todos os continentes com bases excetuando-se a Antártica. Essa presença mundial levou G. John Ikenberry a cravar a definição "*Império de Bases*", conceito também apresentado em "*The Sorrows of Empire*" de Chalmers Johnson, já que as forças americanas encontram-se em 39 países com 820 bases (QUIUMENTO, 2011, p. 4).

Cabe citar que entre o início da Guerra Fria e a atual Guerra do Afeganistão, os Estados Unidos estiveram envolvidos em várias atividades militares pelo mundo: Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, invasão do Camboja, operações militares no Líbano, Granada, Panamá, República Dominicana, El Salvador (indiretamente), Somália (primeiro sob mandato da ONU; em seguida, através da Etiópia), duas invasões do Iraque e uma do Afeganistão.

A seguir expõe-se um pouco das forças armadas americanas, seja dos equipamentos, seu quadro de força em homens e o poder que representam.

4.3.3 Poder Terrestre

O exército norte americano tem aproximadamente 1,08 milhão de homens, aos quais se deve somar 200 mil dos fuzileiros navais, sendo esta uma força mista, sendo formada de forças anfíbias e de apoio aéreo.

O principal "carro de batalha" das forças terrestres é o tanque M1 Abrams que foi usado na Guerra do Golfo e na Guerra do Iraque e que é blindado com uma composição de cerâmica e armadura de metal, resistente a praticamente toda a munição disponível pelas demais forças armadas do planeta.



FIGURA 1 - Tanque M1 Abrams
Fonte: www.defencetalk.com

Existem cerca de 5970 tanques M1, sendo que 1174 são da versão M1A2, 4393 de sua versão M1A1 e mais 403 da versão M1A1 usado pelos fuzileiros.

Além deste tanque, os EUA possuem 950 unidades do M109A6 Paladin, 1900 unidades dos canhões de 105 mm, além das unidades de 155 mm e sistemas de lançamentos de mísseis de alcance de mais de 400 km, como o M270 Multiple Launch Rocket System.



FIGURA 2 - M109A6 PALADIN
Fonte: (www.defencetalk.com).



FIGURA 3 - M270 MULTIPLE LAUNCH ROCKET SYSTEM
Fonte:(www.freewebs.com).

Devem-se somar a tal conjunto de equipamentos de "destruição próxima" e "destruição à distância", mais de 6000 veículos com significativo poder de fogo como o Bradley M2/M3.



FIGURA 4 - VEÍCULO BLINDADO DE APOIO E RECONHECIMENTO BRADLEY
Fonte: img442.imageshack.us.

A arma principal do A-10 do canhão GAU-8 Avenger, é equivalente as mais poderosas peças de artilharia antitanque hoje em atividade e tem cadência de tiro imensamente maior (3900 disparos por minuto).



FIGURA 5 - Canhão automático Gatling 30 mm GAU-8 Avenger.
Fonte: img442.imageshack.us.

4.3.4 Poder Marítimo

É fato que a frota americana de porta-aviões é desde a Segunda Guerra Mundial a espinha dorsal das forças navais americanas.

Para se ter uma idéia cada um destes navios aeródromos possui cerca de 90 aeronaves - entre aviões caças e helicópteros – e um navio completamente carregado tem mais aviões do que a maioria das forças aéreas do mundo e somente a marinha americana dispõe de porta-aviões desta capacidade.

Esta estratégia de uso de porta-aviões permite aos EUA não apenas situar-se em qualquer ponto dos oceanos e mares, mas também de atacar praticamente qualquer ponto em terra com o raio de ação de seus aviões.



FIGURA 6 - USS NIMITZ

Fonte: www.naval-technology.com.

Estes grandes navios são acompanhados por 22 cruzadores da classe Ticonderoga, 52 destroyers da classe Arleigh Burke e 30 fragatas da classe Oliver Hazard Perry. Além de navios de ataque anfíbio, sendo 2 da classe Tarawa e 7 da classe Wasp.



FIGURA 7 - UM TRANSPORTADOR DA CLASSE WASP
Fonte: **Wikipedia**.

Além dos navios, existe uma força de 45 submarinos da classe Los Angeles, três da classe Seawolf e cinco da classe Virgínia, número suficiente para enfrentar com um submarino para cada navio de guerra praticamente todas as forças navais do planeta (só como exemplo comparativo, a Marinha Real Britânica, uma das maiores do mundo, possui um total de 89 navios).



FIGURA 8 - UM SUBMARINO DA CLASSE SEAWOLF
Fonte: www.washingtonpost.com

4.3.5 Poder Aéreo

Após a Segunda Guerra Mundial, as forças aéreas estadunidenses, doutrinam-se pelo conceito de poder aéreo absoluto, em outras palavras, a capacidade de derrotarem qualquer inimigo no ar e a partir desta derrota, apoiar as forças de solo e coordenar ataques aéreos até a destruição ou derrota do inimigo.

Um segundo conceito, desenvolvido pela Guerra Fria, é o de poder aéreo global, que é a capacidade de atacar qualquer inimigo em qualquer ponto do globo, mesmo partindo de bases do território estadunidense.

A força aérea americana conta com 5778 aeronaves em serviço, sendo que 2402 são caças, e destes, 1245 apenas de variações do modelo F-16 Fighting Falcon.



FIGURA 9 - F-16 FIGHTING FALCON
Fonte: citizenx.org

Ressalta-se que a força aérea estadunidense dentre todos os aviões restantes, excluídos os citados caças, possui aeronaves de combate ao solo como o citado A-10, aeronaves de transporte de variados tamanhos, reabastecedores que permitem operações globais e por longo tempo comparando com demais forças aéreas, equipamentos de radar, comando e apoio tático-estratégico, etc.



FIGURA 10 - A-10 THUNDERBOLT II

Fonte: www.fas.org

Pode-se ainda destacar aviões praticamente exclusivos desta força aérea, como os terríveis aviões AC-130, de combate ao solo, que portam canhões de até 105 mm e metralhadoras Gatling.

Os bombardeiros da força aérea estadunidense incluem 76 B-52 (aeronave ativa desde 1955 e praticamente sem substituinte ou concorrente a vista), 66 B-1 supersônicos e 20 B-2 "invisíveis". Na atividade de bombardeio furtivo de precisão os novos caças F22 Raptor em substituição aos F117.



FIGURA 11 - F 22 RAPTOR.

Fonte: www.fas.org

A quantidade atual de 76 unidades B-52 é apenas uma fração do que foi utilizado pelo Comando Aéreo Estratégico que chegou a ter 1500 aeronaves.

A estes aviões somam-se os 698 helicópteros de ataque como o AH-64 Apache (durante as 100 horas de combate no solo da Guerra do Golfo, tomaram parte 277 helicópteros AH-64, destruindo mais de 500 tanques iraquianos). A estes somam-se 167 helicópteros de ataque AH-1 SuperCobra, utilizados pelos fuzileiros.



FIGURA 12 - AH-64 APACHE
Fonte: www.minihelicopter.net



FIGURA 13 - AH-1 SUPER COBRA
Fonte: www.flug-revue.rotor.com

Deve-se observar que as forças aéreas dos EUA não dependem mais da atividade humana direta para o bombardeio pois dispõe de mísseis de cruzeiro como o Tomahawk que tornam-se extremamente viáveis pela diminuição do risco de vidas humanas e de custo relativamente insignificante frente ao orçamento das forças estadunidenses sendo possível lançá-los de navios ou submarinos.



FIGURA 14 - UM MÍSSIL TOMAHAWK EM VÔO.

Fonte: www.sitecenter.dk

Somam-se aviões de controle remoto como o RQ-4 Global Hawk e o MQ-9 Reaper (Predator B), habilitados ao reconhecimento ou bombardeio.



FIGURA 15 - RQ-4 Global Hawk

Fonte: www.sitecenter.dk

Estes aviões são o embrião de toda uma nova geração de aviões comandados à distância ou robotizados, que tornarão as ações de ataque e reconhecimento aéreos independentes da presença humana direta.



FIGURA 16 - MQ-9 REAPER

Fonte: www.skycontrol.net

4.3.6 Poder Nuclear

Destaca-se a evolução das armas nucleares, pois tal será fundamental para entender a escala do que será apresentado a seguir.

As primeiras bombas nucleares eram de dois desenhos básicos, com peculiaridades de produção e funcionamento que destacaremos. A bomba testada no chamado teste Trinity era uma bomba de plutônio, assim como a terceira, detonada sobre Nagasaki (Fat Man). As bombas de plutônio são de obtenção de material relativamente simples, pois o plutônio é subproduto do funcionamento de reatores nucleares de urânio sem significativo enriquecimento e pode ser separado e purificado por um processo químico, porém, a construção deste tipo de bomba exigiu grande parte do esforço do Projeto Manhattan, exatamente pela sua complexidade.

A bomba detonada sobre Hiroshima é do tipo "canhão" (Little Boy), e é de construção bastante simples, mas obtenção de material, no caso o urânio altamente enriquecido com o seu isótopo 235, extremamente custosa e demorada. Os gastos com energia elétrica para sua produção são estimados em valores que vão de 10% a um sexto do total de energia elétrica consumida nos EUA ao tempo do Projeto Manhattan. Seu funcionamento é tão seguro que nem precisou ser testada.

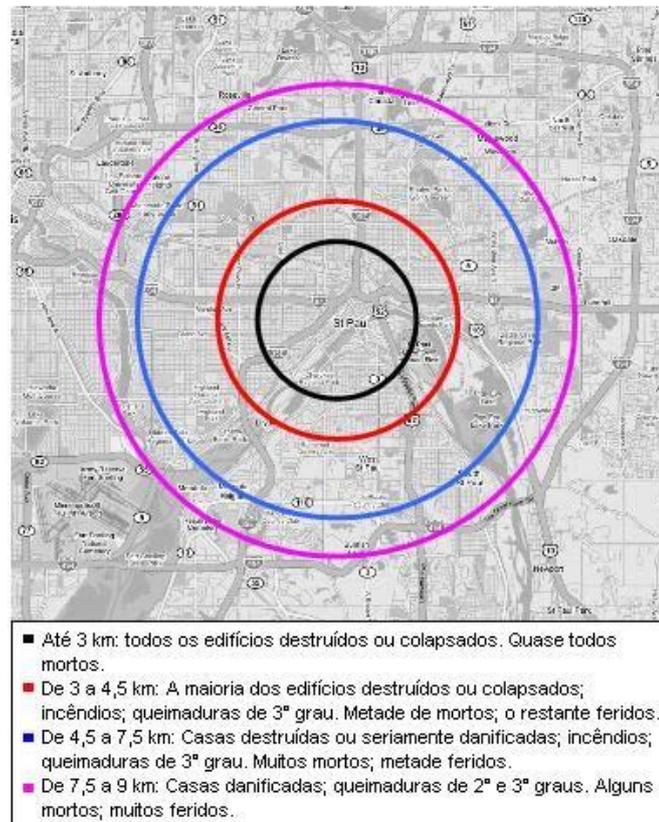


FIGURA 17 - Réplicas de *Fat Man* e de *Little Boy*.
Fonte: **Wikipedia**

A bomba de Hiroshima (Mark1) tinha potência de 13 kt (mil toneladas de TNT), a bomba Trinity de 19 kt, e a bomba de Nagasaki (Mark3), era de 21 kt. Com o desenvolvimento posterior das bombas H, a capacidade das bombas nucleares cresceu para 10 milhões de toneladas de TNT, ou megatons (Mt).

Para se ter idéia, uma única bomba H desta magnitude possui o mesmo poder de aproximadamente 40 bombas de Hiroshima.



FIGURA 18 - O TESTE BAKER, PRIMEIRO TESTE NUCLEAR SUBAQUÁTICO, DE BOMBA TÁTICA (20 KT), MOSTRANDO A ESCALA DE UMA EXPLOÇÃO NUCLEAR EM RELAÇÃO A NAVIOS DE GUERRA DE GRANDE PORTE. Fonte: img.dailymail.co.uk

O arsenal nuclear americano se divide em mísseis balísticos intercontinentais capazes de atingir dos EUA grande parte do território da Terra; mísseis balísticos lançados de submarinos e as diversas bombas e ogivas nucleares disponíveis para a força aérea, de grande variedade de poder destrutivo.



FIGURA 19 - UM SUBMARINO DA CLASSE OHIO. Fonte: www.defenseindustrydaily.com

O arsenal americano tinha 5886 ogivas estratégicas e 1120 táticas em 2004, mas o tratado sobre reduções deve reduzir para 2200 unidades até 2012.



FIGURA 20- Um míssil Minuteman em seu silo

Fonte: www.aerospaceweb.org



FIGURA 21 - Uma bomba B61

Fonte: www.staffordspacecenter.com



FIGURA 22 - Mísseis Peacekeeper III e Trident.

Fonte: www.staffordspacecenter.com

Em 11/09, os Estados Unidos despertaram para a existência desse outro planeta Terra, rancoroso. E estão se mobilizando para esmagá-lo. “A impressão geral que os EUA transmitem, nos últimos tempos, é a de que simplesmente não nos importamos com o que o resto do mundo pensa”, escreveu, recentemente, o historiador Paul Kennedy. *“Quando pedimos assistência para apanhar terroristas, jogamos em equipe. Quando não gostamos dos planos internacionais, saímos de campo.”* (MARTINS, 2002, p 1)

Trata-se de um grau de violência que mesmo a sociedade americana – que dava 84% de apoio ao presidente Bush – relutava em aceitar com docilidade. Mas os tempos estão difíceis para os pacifistas. Há duas semanas, o senador Tom Daschle, democrata, criticou os planos de Bush de transformar o mundo em campo de batalha e foi interpelado pelo líder republicano: *“Como o senador ousa criticar o presidente num momento em que estamos em guerra contra o terror?”* (MARTINS, 2002, p.1)

O poderio militar americano era muito gigantesco se comparado aos demais países do mundo, mesmo as potências regionais e assustador diante da possibilidade do mesmo ser utilizado contra qualquer que seja a nação ao redor do mundo. Era esse poderio militar que estava à mercê de Bush e nem seus compatriotas podiam questioná-lo. Isso continuou até que o primeiro presidente negro americano foi eleito com uma frase que muitos brasileiros conhecem a verdadeira origem: “A esperança venceu o medo”.

4.4 A ELEIÇÃO DE OBAMA E A CRISE FINANCEIRA DE 2008

Depois da grande decepção com George W Bush que conseguiu governar os EUA por dois mandatos explorando o terrorismo e medo dos americanos, tivemos uma grande surpresa com o novo presidente americano pós era Bush: Barack Obama.

Além de negro e de origem humilde, o novo presidente assumiu um país odiado pelo mundo inteiro e desacreditado pelos próprios americanos.

Obviamente não é pretensão desse estudo avaliar o mandato de Obama mas sim somente de extrair alguns aspectos em relação ao posicionamento da política exterior estadunidense na era Obama e também de alguns pontos da crise de 2008 que quase quebrou a economia da potência hegemônica.

Cabe explicar que houve um gap inicial no posicionamento de Obama e suas promessas quanto à política externa estadunidense que incluía inicialmente um pacote que agradava em cheio aos americanos cansados de Bush: fechar Guantánamo, acabar com as Guerras do Iraque e Afeganistão, diminuir o orçamento militar e enorme déficit fiscal, além de fazer tudo isso trazendo crescimento a economia norte-americana sem buscar isolamento com o restante do mundo.

Claro que tivemos avanços das relações internacionais na era Obama e uma diminuição do estremecimento entre Ocidente e Oriente com especial atenção ao surgimento dos BRICs, união de países como Brasil, Rússia, Índia e China com propósito de buscar uma formação de pólo hegemônico que pudesse ter mais peso diante do G8 e junto as organizações internacionais.

O Presidente Obama acabou tendo mais discurso do que a tão esperada guinada a distância dos valores da era Bush, mas acabou atendendo parcialmente algumas expectativas dos americanos e só não conseguiu ir além devido um inimigo interno que acabou se mostrando mais poderoso que qualquer outra jamais enfrentado: a bolha hipotecária americana.

Na crise de 2008 o mundo assistiu uma inversão de papéis, onde a principal economia capitalista do mundo e defensora ferrenha do papel de livre mercado mudou não só seu discurso mas mostrou na prática que o fim justifica os meios ao investir pesadamente e com forte presença do Estado americano para salvar sua própria economia do colapso enfrentado pela crise do sistema financeiro americano derivado da explosão da bolha imobiliária americana .

Para se ter idéia do tamanho dessa crise, muitos artigos a consideram pior que até mesmo a quebra da bolsa em 1929, conforme abaixo:

A crise *sub-prime*, a crise do dólar e seu contágio global eram esperadas há muito tempo. O capitalismo não pôde e não soube como neutralizá-la, apesar de que era evidente desde o final de 2006. A especulação, o lucro e a ganância provocaram uma cegueira dogmática poucas vezes vista na teoria econômica capitalista. Trata-se de um episódio circunstancial na história econômica, ou da evidência que demonstra o esgotamento de um modelo? Acreditamos que a segunda é a questão central. (DENSER, 2008, p. 1)

Importante citar entre outras coisas, o acordo de redução do número de ogivas assinado em 08/04/2010 por Barack Obama e Dmitri Medvedev que diminuiu o número de ogivas em 1.550 cada para ambos, uma redução de 74% em relação ao limite do tratado anterior de 1991 que expirou no final de 2009 (UNIC RIO), conforme comemorado por Ban Ki-moon:

O Presidente americano Barack Obama e o Presidente russo Dmitry Medvedev assinaram o tratado em abril, prometendo cortar seus arsenais nucleares em um terço. Ban disse que espera que os dois países aproveitem o ato e continuem a exercer acompanhamento sobre as medidas para atingir reduções mais acentuadas em seus arsenais nucleares."

Este tratado foi assinado dois dias após a apresentação de uma nova doutrina militar nuclear das forças dos EUA, pela qual se comprometem a apenas recorrerem às armas nucleares em "circunstâncias extremas", para defender seus interesses considerados vitais e de seus aliados.

A característica de Obama de ser negro e ter origem pobre lhe credenciaram a poder tratar do terrorismo global de forma muito mais eficaz do que seu antecessor e conquistou certa legitimidade internacional após a desastrosa herança deixada por Bush.

Conforme citamos, Bush tentou dar nome de países ao terrorismo global e declarou seu próprio eixo do mal para mostrar serviço aos olhos dos eleitores americanos. Obama usou da estratégia inversa: resgatou o nome de Osama e sua ligação com Al Qaeda para limitar o terrorismo global a este grupo extremista, parecendo que o problema global estava limitado a estes somente.

A tentativa de limitar o foco do problema na caça ao terrorista parecia ser uma estratégia arriscada, mas que poderia se mostrar eficiente caso conseguisse destruir a cabeça do movimento e foi assim Osama se tornou o alvo mais cobiçado para atender a política externa americana de Obama.

4.5 A MORTE DE OSAMA E AS DITADURAS ÁRABES

O assassinato de Osama traz um significado muito forte e uma tentativa dos EUA mostrarem ao mundo que não nutrem inimizade com nenhum país do mundo, mas sim que serão seus inimigos todos os países que não oferecem oportunidade dos seus valores essenciais a seus habitantes: liberdade, democracia e economia de livre mercado.

Essa estratégia serve de pano de fundo para a real estratégia dos EUA que mesmo antes do assassinato de Osama, os EUA conseguiram incentivar no mundo todo rebeliões internas contra as ditaduras dos países fundamentalistas islâmicos, um claro recado de que não querem correr novo risco de sofrerem um atentado como o de 11/09.

A idéia era fornecer pólvora e fósforo necessários para que o barril de pólvora fique sempre cheio e os EUA prontos a levar seus valores quando a fumaça começar a dissipar.

Muitos estudiosos dizem que Osama foi a parte fácil e que agora cabe a Obama terminar o trabalho indo além do que foi feito até agora:

These events present genuinely deep, largely iinsolvable dilemmas to Obama and his officials: whether, when and how to withdraw support from a long-standing, autocratic ally facing democratic protests? How to explain a value-based policy toward one Arab country while pursuing an interests-based policy toward another, more important Arab country? When and how to use the military power of a fractious coalition to protect a band of rebels from a wrathful, erratic dictator? How to support internal democratic reform in countries with no democratic political tradition and where political Islam is the most legitime, cohesive alternative to the corrupt ancients régimes? The Obama administration will have to come up with answers to all these questions while still wrestling with Guantánamo and other problematic legacies of the war on terror amid a divisive and sometimes gridlocked politics and a fragile, nearly jobless economic recovery and under the extreme fiscal pressures of public-sector debt. (FALKENRATH, 2011 p. 2)

Claro que Coréia do Sul e Irã continuam figurando na lista de países que “precisam” importar os valores americanos, mas é provável que na era Obama isso não aconteça, pelo menos até que uma boa parte da população desses países possa servir de bode expiatório e críticos da situação atual.

Enquanto isso acontece várias manifestações no mundo clamando por um país livre das ditaduras, podendo citar como principais exemplos o Egito e a Líbia, conforme trecho destacado a seguir:

Os protestos no mundo árabe visam instalar uma verdadeira democracia, com eleições que levem realmente em consideração a vontade da maioria. Os

países da região são conhecidos pela falta de liberdade de imprensa e pensamento e por governantes que se perpetuam no poder. (TORANZO, 2011, p. 1)

Essas manifestações causam incomodo na Liga Árabe por não se ter a certeza de que essa indignação seja específica de um ou dois países, pois parece ser algo que já está regionalizado, conforme diz o secretário-geral da Liga Árabe, Amr Moussa: "As massas árabes estão frustradas e zangadas, em toda parte" (TORANZO, 2011, p. 1)

Podemos citar o exemplo egípcio abaixo onde a população cansou de tanta corrupção nos mais de 30 anos e Mubarak no poder:

Os egípcios, por exemplo, se mostram cansados de tanta corrupção. Eles querem a saída imediata do ditador Hosni Mubarak, ex-comandante das Forças Aéreas do país, que está há três décadas no poder. A extrema pobreza faz com que as reivindicações por mudanças sejam maiores. Cerca de 40% dos egípcios são obrigados a viver com menos de US\$ 2 por dia. O desemprego está em um nível assustador, muito acima do encontrado em países emergentes que passam por um bom momento econômico, político e social (TORANZO, 2011, p. 1)

Para reforçar o evento mundial de insatisfação com essas ditaduras do mundo árabe ainda importa citar os exemplos do Líbano, Bahrein, Tunísia, Iêmen, Jordânia, Argélia e também Líbia.

Atualmente já podemos comemorar a derrubada das ditaduras na Tunísia e no Egito com a renúncia dos ditadores e implementação de governos locais de transição até que tenham eleições democráticas de verdade.

A expectativa do mundo diante dessas rebeliões é que de alguma forma aconteçam reformas com o menor número possível de derramamento de sangue e que ao final resultem em avanços para todas as pessoas que por lá vivem.

Evidente que a única potência hegemônica tem total interesse e existem estudiosos que afirmam que participação inclusive, o que pode nos levar a exteriorizar que após a liberdade e implantação de democracia nesses países, certamente a economia americana vai conseguir extrair o que existe de melhor dessas nações, seja petróleo ou quaisquer outros recursos naturais como pagamento pela "exportação" do seu modelo de vida ao mundo.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que, voltando aos objetivos pretendidos para esse estudo, os EUA exerceram um papel importante e essencial para o desenvolvimento das Relações Internacionais principalmente nos primeiros anos Pós Segunda Guerra.

É fato que a hegemonia conquistada pelos EUA foi alcançada através do tripé das organizações internacionais e o mundo pós segunda guerra mundial, foi de certa forma o pano de fundo que os EUA precisava para apresentar-se como potência hegemônica e vender seu sistema econômico como a solução viável diante da outra opção que viria a se mostrar perdedora.

Podemos afirmar que nos primeiros anos de atuação dos Estados Unidos como potência econômica no Pós Segunda Guerra foi eficiente e surpreendentemente capaz de trazer um boom de crescimento e desenvolvimento que alcançou todo o mundo debaixo da sua zona de influência.

Ainda buscando atingir os objetivos propostos inicialmente, podemos explorar que a queda do muro de Berlim e conseqüente fim da guerra fria, acabaram por tornar os EUA de forma definitiva como a única potência hegemônica do mundo. Essa condição de potência sem inimigos que pudessem trazer o equilíbrio de poder trouxe um novo desafio de entendimento para a Teoria das Relações Internacionais que agora precisava lidar com a presença de novos atores fora do entendimento de bipolaridade. Podemos entender que isso contribuiu para o surgimento de outros países que não se viam na condição de contribuintes para o plano dos EUA de se consolidarem como polícia do mundo e acabaram por trazer uma nova dinâmica para os EUA - sempre estar diante de novos inimigos, mesmo que alguns fossem totalmente insignificantes.

Podemos considerar que os atentados de 11/09 deixaram muito explícitos ao mundo a rejeição de qualquer tipo de liderança dos EUA sobre os demais países do mundo e demonstrou também que o terrorismo global e a resistência internacional aos EUA não se limitaria a fronteiras de um ou alguns Estados.

Dentro dessa análise tornou-se importante que a resposta dos EUA fosse rápida e violenta de demonstrar sua capacidade de, através da *realpolitik*, recuperar sua soberania no plano internacional, trazendo de volta a existência do Realismo que teve sobrevida diante do atentado.

Pode-se concluir que a política americana de “guerra contra o terror” ignorou as diferenças entre os demais países e principalmente em relação aos seus problemas

internos e essa postura contribuiu para a criação de uma oposição que só se uniu por um motivo: fazer oposição à hegemonia estadunidense, uma espécie de “internacional da resistência”.

Aqui cabe ressaltar que o papel exercido pela potência hegemônica para o bem das Relações Internacionais sofreu um grande retrocesso e podemos até classificar de ruptura com as atitudes unilaterais da era Bush.

Fica claro que a eleição de Obama trouxe vários elementos importantes sendo que seria possível um renascimento da esperança de novos tempos não só para os próprios americanos mas todo o mundo que direta ou indiretamente sofre com a interferência da potência hegemônica.

Cabe ressaltar que o posicionamento unilateral dos EUA acabou por isolar a potência dos interesses mundiais e mesmo antes do mundo financeiro desabar em 2008 e a bolha imobiliária americana explodir, já existiam sinais claros de que o cenário para os EUA era no mínimo desolador.

Aqui podemos concluir que hoje em dia parece menos improvável que o “consenso de Washington” passe por uma forte revisão que no mínimo venha a permitir a inclusão dos demais atores que tem conquistado espaço no cenário internacional.

Podemos arriscar que está cada vez mais consistente e pertinente nessa discussão a presença dos BRICs como novo bloco hegemônico de poder, onde este bloco tendenciona trazer uma proposta de novos ares as discussões limitadas antes ao G8.

Acredito que é a partir dessa discussão que podemos atingir a expectativa mundial de viver uma nova era de multipolaridade pacífica e com uma globalização que possa enfim repartir riquezas entre todas as economias do planeta ou se daremos espaço a um novo modelo de consenso unipolar, algo como um “consenso de Pequim”.

Diante desse possível novo cenário nas Relações Internacionais, podemos enxergar com certa ansiedade o resultado das eleições para novo presidente do FMI onde podemos ter pela primeira vez na História a oportunidade de ter nessa cadeira alguém fora dos circuitos do G8, caso tenhamos a vitória do Ministro da Economia do México, Agustín Carstens, não podendo deixar de esperar um movimento histórico de entrega da chave do cofre mundial a um país periférico e fora do circuito internacional de tomada de decisões.

Finalmente pretendo concluir que após a crise mundial de 2008, o modelo de dominação econômica do ocidente passou a ser duramente questionado e isso inevitavelmente leva a contestação da legitimidade dos EUA em gerenciar a cartilha dos

laços morais mundiais e das regras de certo e errado, de Bem e o do Mal, ficando cada vez mais difícil exercer o papel de legislar quanto às questões internacionais e interferir nos assuntos de outros países em nome de uma paz e estabilidade mundial.

Dentro desse raciocínio, fica evidente que no mundo moderno globalizado não existe mais espaço para uma potência mundial que busque impor seus valores aos outros países e negociar de forma unilateral com as demais economias do mundo.

A conclusão desse trabalho é que não devemos enxergar o fim da hegemonia estadunidense no mundo, principalmente pelo alicerce das economias mundiais no modelo capitalista americano mas podemos sim esperar que ocorra a partilha dessa hegemonia com novos blocos hegemônicos que tem conseguido conquistar legitimidade no mundo atual seja no cenário político, econômico ou militar como é perceptível no caso dos BRICs.

REFERÊNCIAS

ANGELI, José Mario. **Gramsci, Globalização e pós-moderno: estudos de filosofia prática.** UEL, 1998.

ARRIGHI, Giovanni: **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo, Rio de Janeiro: UNESP, Contraponto, 1996.

AZAMBUJA, Carlos I.S. **O pensamento de Gramsci.** Disponível em: <http://www.midiasemmascara.org/arquivos/3958-o-pensamento-de-gramsci.html> Acesso em 29/09/2009.

BAUMANN, Renato. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BEAUD, Michel. **Histoire du capitalisme de 1500 à nos jours.** Éditions du seuil: 1990.

COX, Robert W. **Gramsci, Hegemony and International Relations,** In: GILL, Stephen: Gramsci, Historical Materialism and International Relations. New York: Cambridge University Press, 1993

CONESA, Pierre. O pensamento estratégico europeu: Disputa de hegemonia. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/print.php?tipo=ar&id=570>. Acesso em 14/06/2011

CROUZET, Maurice. **A época contemporânea: o mundo dividido.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

CROUZET, Maurice. **A época contemporânea: o desmoronamento dos impérios coloniais: o surto das ciências e das técnicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

Defence costs – on 8th 2011, 14:00 by The Economist online <http://www.economist.com/blogs/dailychart/2011/06/military-spending?fsrc=scn/tw/te/dc/defencecosts> (gráfico de gastos despesas 2010)

DENSER, Marcia. A crise deles. Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_canal=14&cod_publicacao=461 Acesso em 12/06/2011

FALKENRATH, Richard A. Was Bin Laden the Easy Part? - Facing Washington's Many Dilemmas in the Middle East [internet]. 2011. Mai 5. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/print/67767>. Acesso em 17/06/2011

FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

FIORI, José Luís e TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. **O poder americano.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 18, n. 1, jan./jun. 1998. p. 37-69.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 3. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFGRS/ Crontaponto, 2001.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Grall. 1978.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HOUAISS, Instituto Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Objetiva, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio Internacional e desenvolvimento: Do GATT à OMC – discurso e prática**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony – Cooperation and Discordy in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza**. (267 f.); Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MAGDOFF, H. **A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos**. Portucalense Editora, Porto: 1972.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004

MARTINS, Ivan. Já se passaram seis meses...e o que mudou nos EUA? Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/10544_ja+se+passaram+seis+meses+e+o+que+mudou+nos+EUA. Acessado em 19/06/2011

MEAD, Walter Russel. **Poder, terror, paz e guerra: os Estados Unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

MOFFITT, Michael **O dinheiro do mundo: De Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Três leituras do conceito de hegemonia de Gramsci na ordem mundial e na globalização. **Prisma Jurídico**, v. 1, p. 93-110, 2002.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIETERSE, Jan Nederveen. **O fim do império americano?**: os Estados Unidos depois da crise. São Paulo: Geração Editorial, 2009

QUIUMENTO, Francisco. Poder militar dos EUA: Mine eyes have seen the glory of the coming of the Lord [internet]. Versão 89. **Knol**. 2011 mai 6. Disponível em: <http://knol.google.com/k/francisco-quiumento/poder-militar-dos-eua/2tlel7k7dcy4s/17>. Acessado em 16/06/2011

TORANZO, Bruno. Manifestações tomam conta de países do mundo árabe; saiba mais. 2011 Jan 21. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/868646-manifestacoes-tomam-conta-de-paises-do-mundo-arabe-saiba-mais.shtml>. Acesso em: 20/06/2011

WALLERSTEIN, Immanuel, **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004